

FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DE ENTIDADES DA
SOCIEDADE CIVIL.

Autor 1: Aline Cunha Neves
Autor 2: Leonardo Cunha Neves

PROBLEMA:

Extermínio de jovens na baixada fluminense- RJ

ATOR QUE DECLARA O PROBLEMA:

Pastoral da Juventude

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Comissão Avaliadora como exigência parcial para obtenção do certificado de conclusão do curso de Especialização Estado, Políticas Públicas e Gestão de Entidades da Sociedade Civil, pela Fundação Santo André.

Monitora: Andrea Azevedo

Santo André
2016

Sumário

1. Indicação da situação-problema e Fluxograma explicativo	04/1
Situação Problema	04 /1
Introdução	05 /1
Justificativa:	06 /1
Efeitos e riscos político-administrativos, sociais ou econômicos que a persistência do problema acarreta:	08 /1
Fluxograma Explicativo.....	09 /1
2. Comentários analítico-conceituais sobre nós explicativos	10 /2
Política Educacional Deficitária na Periferia.....	11 /2
Baixa Atualização Profissional	12 /2
Ausência de Emprego para a Juventude.....	13 /2
Trafico de Drogas.....	15 /2
Criminalidade não solucionada pelo Estado.....	16 /2
O crescimento econômico não ocorre na periferia	17 /2
Evasão escolar.....	18 /2
Ociosidade da Juventude.....	19 /2
Deficiência na política de assistência Social.....	20 /2
Estrutura política local focada nas classes altas.....	21 /2
Baixo interesse governamental na região.....	22 /2
Dificuldade de Mobilização.....	23 /2
Baixa escolaridade da população.....	25 /2
Estado não democrático.....	25 /2
Políticas de proteção da juventude não chegam na periferia.....	26 /2
Mobilização popular fraca.....	27 /2
Criação de grupos de extermínio e milícias.....	28 /2
Aumento do crime organizado.....	30 /2
Corrupção policial.....	30 /2
Baixo salário da policia.....	31 /2
Juventude da baixada vira alvo da criminalidade.....	32 /2
Maior vulnerabilidade da Juventude pobre e negra.....	33 /2
Visão da policia em proteger as classes altas.....	34 /2
Despreparo da Polícia.....	35 /2

Ausência de Treinamento.....	37 /2
Baixo investimento em segurança pública.....	38 /2
3. Árvore do problema.....	39 /3
4. Plano de Ação.....	41 /4
5. Análise de Atores	44 /5
6. Análise de Riscos e Fragilidades	49 /6
7. Considerações Finais	51 /7
8. Referências bibliográficas	53 /8

1. Indicação da situação-problema e Fluxograma explicativo

SITUAÇÃO PROBLEMA:

Extermínio de jovens na Baixada Fluminense- RJ

Equipe:

Aline Cunha Neves

Leonardo Cunha Neves

Turma B – Gepp 62

Ator que declara o problema:

Pastoral da Juventude

Introdução

A região da baixada fluminense de acordo com dados publicados no site do Instituto de Segurança Pública – ISP (2016), no relatório anual da letalidade violenta, mostram que em 2015 aproximadamente a cada 12 horas um jovem foi assassinado na região. Esses dados quantificam uma situação de violência constante em que a região está inserida.

E os jovens na grande parte dos casos são figuras centrais dessa situação de violência, sejam eles como as vítimas ou como os autores. Em reportagem de Henrique de Almeida para o Jornal do Brasil em 2013, o jornalista fala da chacina da Chatuba (comunidade localizada no município de Mesquita RJ), onde nove pessoas foram assassinadas por traficantes da área e dentre as vítimas sete eram jovens com idades entre 16 e 19 anos. Segundo a reportagem 14 pessoas foram indiciados por homicídio qualificado, e dentre os indiciados haviam menores de idade e em sua maioria jovens.

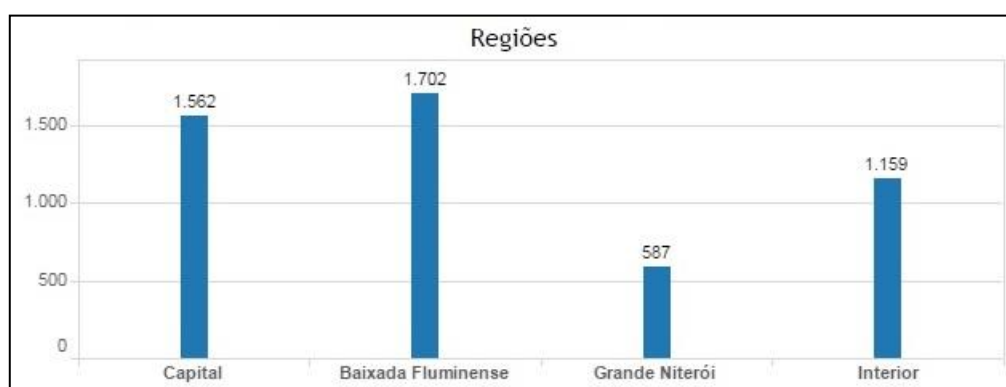
Os dados apresentados acima e o caso relatado, mostram uma realidade que há muito tempo se faz presente na região da baixada fluminense, que é o extermínio crescente de jovens inocentes – podemos afirmá-los inocentes porque não lhes foi oferecido possibilidades de defesa, não foram condenados por júri estabelecido e, ainda, porque não há pena de morte legalizada no Brasil – na região da Baixada Fluminense. O Estado não consegue reagir a essa brutalidade, e com a sua ineficiência em prevenir tais situações, a população acaba por se tornar refém dessa violência e cidadãos e cidadãs continuam a não ter seus direitos como seres humanos respeitados.

O ator que olha para este problema e o denuncia é a Pastoral da Juventude da Igreja católica, criada na década de 80, com o intuito de reunir jovens do país inteiro de diversas realidades mais que partilhavam das mesmas lutas e sonhos. Na baixada fluminense, a pastoral está atenta ao extermínio dos jovens e pretende atuar em prol da vida da juventude e na construção de uma sociedade mais justa.

Justificativa:

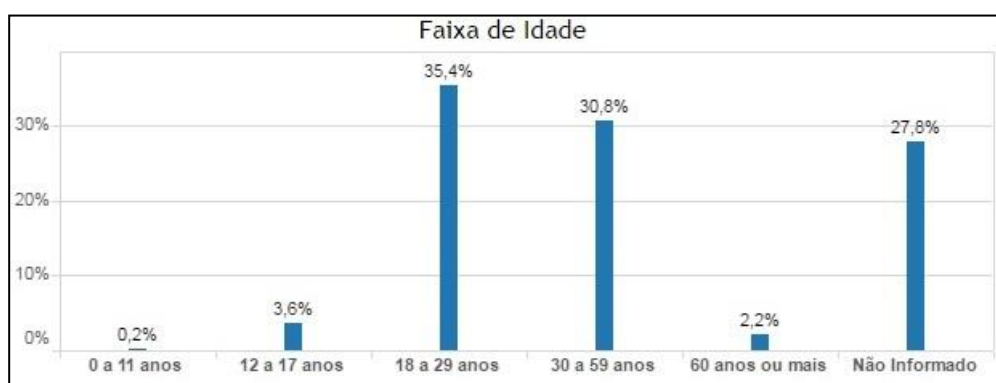
O tema do extermínio dos jovens na baixada fluminense deve ser um tema de destaque na pauta do poder público, devido a sua complexidade, o ISP Instituto de Segurança Pública (2016) do estado do Rio de Janeiro divulgou por meio de seu portal dados sobre a segurança pública do estado e estes dados mostram que em 2015 a baixada (vide figura 1) foi o cenário de 1.702 casos de Letalidade de Violência (Homicídio Doloso, Latrocínio, Lesão Corporal Seguida de Morte e Homicídio Decorrente de Oposição à Intervenção Policial) e desses casos aproximadamente 40% (figura 2) são de pessoas até 29 anos (sendo que na divulgação 28,3% não possui informação sobre a faixa etária).

Gráfico 1- Resumo da Letalidade Violenta 2015 por Região



Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP RJ(2015)

Gráfico 2 – Resumo da Letalidade Violenta 2015 por Faixa etária



Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP RJ(2015)

Segundo dados da Anistia Internacional (2016) no Brasil só no ano de 2012, foram assassinados 30.000 jovens entre 15 e 29 anos. Diante desta realidade brevemente apresentada o extermínio de Jovens na baixada fluminense é um tema que expressa grande relevância, e urgência e que vem sendo debatido e discutido por diversos setores da sociedade local, no caso específico, será abordado a partir de entidade da sociedade civil: a Pastoral da Juventude. Cabe lembrar que a Pastoral da Juventude é o ator que declara o problema apresentado, mas em sua atuação local, ela atua em conjunto com outras entidades como, o Centro de Direitos Humanos (CDH), Conselhos de Juventude e Conselho de Segurança dos Municípios, CPI da Violência, ONGs que atuam no tema e temos ainda a CPI da Violência Contra Jovens Negros que também apura causas do extermínio da juventude na baixada.

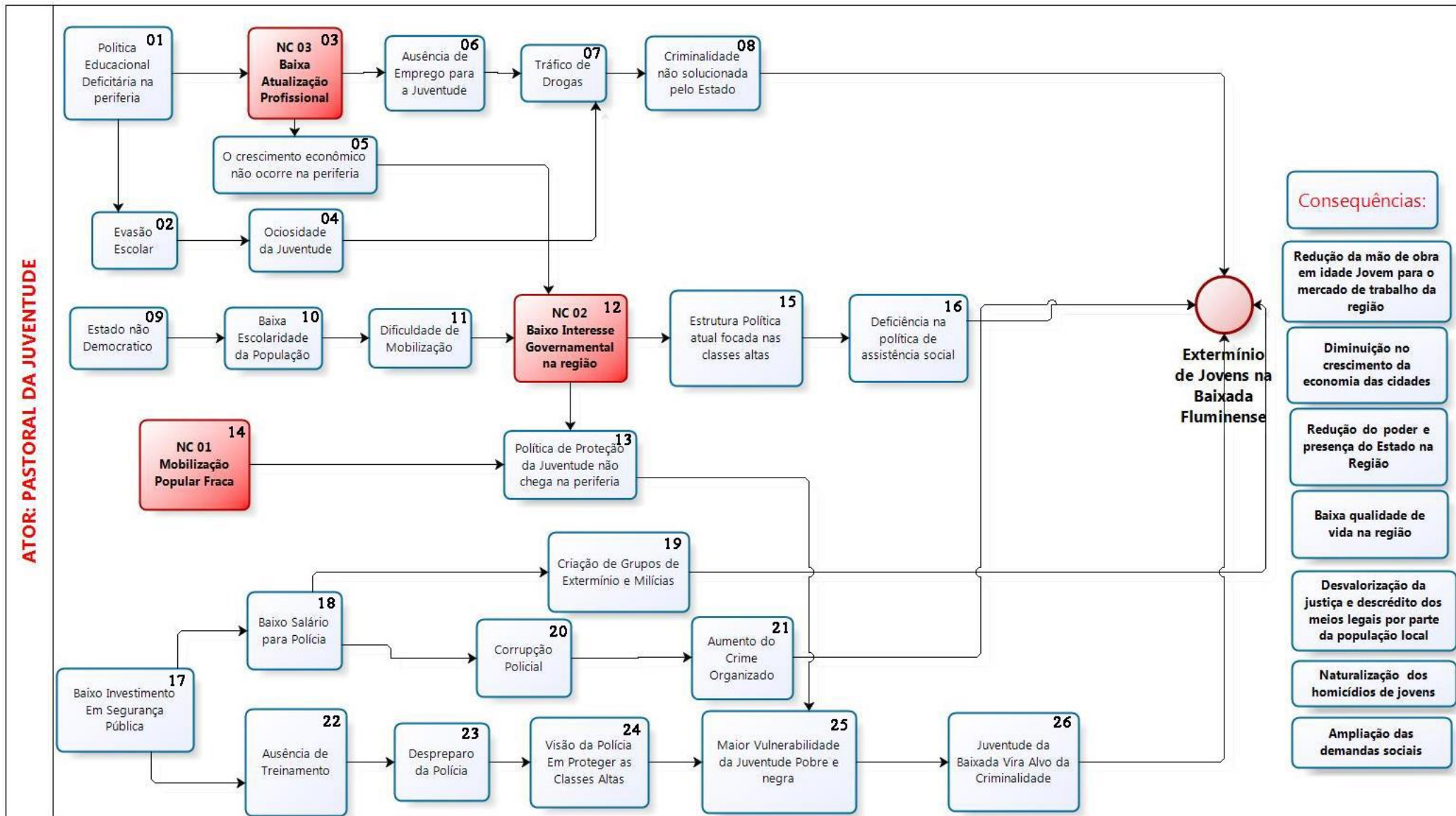
A nível nacional a questão é também relevante para diversos centros de juventude, ONGs Conselhos de Juventude, Secretaria Nacional de Políticas para a Juventude e órgãos transnacionais como ONU- Direitos Humanos. O número de entidades envolvidas não é pequeno, o que ressalta a importância do tratamento do tema pela sociedade e pelo Estado.

Diante dos fatos citados, e devido a militância e participação da equipe de trabalho na Pastoral da Juventude, o tema foi escolhido, para que possamos nos aprofundar mais no problema do extermínio dos jovens da baixada fluminense.

Efeitos e riscos político-administrativos, sociais ou econômicos que a persistência do problema acarreta:

- Redução da mão de obra em idade Jovem para o mercado de trabalho da região: O número de jovens buscando o primeiro emprego reduzirá devido ao alto índice de mortalidade. O que pode gerar uma reestruturação do mercado de trabalho local, e dos requisitos dos postos de emprego.
- Diminuição no crescimento da economia das cidades: Essa diminuição ocorre devido à redução da população jovem, que estaria em idade produtiva, movimentando e produzindo bens e capital.
- Redução do poder e presença do Estado na Região: A persistência do problema da violência gera um aumento do crime organizado que passa a ocupar áreas onde o poder público deveria se fazer presente.
- Baixa qualidade de vida na região: Devido ao alto índice de violência e mortes da região, dificulta a ação do estado em diversas áreas diminuindo assim a oferta de serviços.
- Desvalorização da justiça e descrédito dos meios legais por parte da população local: Que seria a falta de confiança da população no cumprimento das leis, em vista do grande numero de casos de homicídio sem solução.
- Naturalização dos homicídios de jovens: a banalização e desvalorização da vida em especial da juventude.
- Ampliação das demandas sociais: Devido o aumento e superlotação nos sistemas de saúde e assistência social.

Fluxograma Explicativo



2. Comentários analítico-conceituais sobre nós explicativos

Como se pode observar em Costa e Dagnino (2013 p. 213), a escolha dos nós críticos deve ser baseada em alguns critérios que façam que os respectivos nós explicativos possam ser classificados como pontos chave para a resolução do problema ou parte dele. Os autores citam três pontos essenciais para a classificação dos nós como críticos, ele fala que o nó tem de ser um “*Centro Prático de Ação*”, ou seja, o ator tem que ter poder de atuar diretamente sobre o nó, sem a necessidade de atuar em outras causas. Outro ponto citado é o “*Alto Impacto*” que o nó tem sobre o problema, e que uma vez resolvido ou atuado sobre o nó, conseguir a resolução do problema ou parte dele. E por fim os nós devem ser “*Centros Oportunos de ação*”, ou seja, a atuação sobre ele deve ser viável, tanto na questão de tempo de execução como na relação custo benefício, para que assim o ator possa determinar se aquela ação ou tarefa a ser executada para resolver o nó valera a pena diante dos seus recursos e possibilidades de atuação.

Assim entende-se que os nós críticos, devem ser bem escolhidos dentre todos os nós explicativos, pois não adianta apenas escolher o que mais fácil se resolveria o problema, sem primeiro saber se o ator que declara o problema tem recursos ou atuação em área que possa usar sobre este nó.

Os nós críticos escolhidos são a baixa atualização profissional, o baixo interesse governamental na região e mobilização popular fraca.

A baixa atualização profissional, que para nos é um ponto crucial de todo o fluxograma, identificamos como uma de sua causa a política deficitária que o governo do estado tem para as áreas periféricas. Como ator que declara o problema a Pastoral da Juventude, tem poder de atuar diretamente neste nó, que atende os três requisitos para ser classificado como crítico, ele é um centro prático de ação, uma vez que para se combater a baixa atualização profissional a pastoral, pode atuar com seu caráter formador e instrutivo, que exerce sobre a juventude e a sociedade. Em conjunto com seus parceiros de caminhada no âmbito de buscar e aplicar formação profissional aos jovens assim atenderia ao segundo quesito do nó que seria o grande impacto que a resolução desse problema causaria, já que relacionado a ele no fluxograma se observa diversos problemas decorrentes. Com relação à viabilidade seria de total proveito e baixo custo, uma vez que as estruturas

da pastoral já são voltadas para atender os seus grupos de base e assim qualificar seus jovens. Sem falar na questão da divulgação de oportunidade dos centros de juventude, centro de direitos humanos, conselhos de juventude municipal e outros órgãos e entes da qual fazemos parte ou somos parceiros.

O segundo nó é o Baixo Interesse do Governo na Região, onde a pastoral da juventude pode atuar de forma direta com a participação governamental, através dos conselhos de juventude, segurança, educação, assistência social, também através da participação nas sessões legislativas e comissões em que o legislativo permite a participação popular. Resolvendo esse nó o seu impacto seria alto, acabaríamos com alguns fatores que sucedem ele, como a questão da estrutura política que tem foco nas classes mais altas, e deficiências nas políticas de assistência social, juventude e outras. Neste caso a relação a custo benefício seria totalmente viável, já que a participação não requer gastos financeiros, e assim garantir a médio e longo prazo a resolução do problema.

E por fim a Mobilização Popular Fraca, como terceiro nó crítico, pois este nó se apresenta como uma característica da região, mas que podemos atuar diretamente, devido a grande capacidade de mobilização da pastoral e da igreja, que tem presença física em todos os municípios da baixada. A pastoral pode realizar eventos novos ou utilizar as grandes mobilizações que já ocorrem no dia nacional da juventude e festas dos padroeiros das paróquias. A resolução desse nó tem grande impacto, pois pode pressionar o Estado em relação as políticas de proteção a juventude para que cheguem ate a baixada, contribuindo assim diretamente para a redução da violência e extermínio da juventude. Essa opção tem um custo baixo, já que o grande trabalho de mobilização e divulgação é feito através das mídias locais, redes sociais e pessoalmente.

Política Educacional Deficitária na Periferia

A educação brasileira sempre foi um ponto crucial, para se entender diversos fatores da estruturação do nosso país e de nosso povo, de acordo com Saviani (2008) na política educacional brasileira há de se observar diversos fatores, que no longo da historia atrasaram a evolução educacional de nossa população, o autor fala

que a questão educacional brasileira ainda está muito dependente da questão política de quem governa o país. O autor cita a resistência histórica que as elites que detêm mandato no país, fazem sobre as propostas de educação pública de qualidade, cita a descontinuidade de políticas implantadas a cada espaço de tempo, e a falta perseverança das autoridades mediante qualquer obstáculo, no geral financeiro, o que faz com que tudo se volte a etapa inicial, nunca se conseguindo chegar no objetivo que promover uma educação de qualidade a todos.

Com o início dos governos do PT em 2003, viu-se uma nova política de educação deu-se início no país, uma política com viés democrático e inclusivo, que defendia que a escola deveria ser de todos e feita por todos, com isso criou-se diversas políticas, o FUNDEB, a política de cotas, o Prouni, Pronatec, Fies, Ciência sem fronteiras e outras, que deram a oportunidade aos jovens menos favorecidos a terem acesso a educação em diversos níveis e de diversas maneiras.

A política de Cotas, Prouni, Fies, favoreceram e muito os jovens negros e pobres, que provem da rede pública de ensino, que apesar de todo investimento do governo federal, continua sucateada, e esse é o ponto principal, que ainda repercute na periferia, a educação básica, que é de responsabilidade de estados e municípios, ainda não é inclusiva, o que causa um déficit educacional que acompanha o jovem por toda sua vida acadêmica.

Baixa Atualização Profissional

Como já vimos a qualidade da educação brasileira por muito tempo foi negligenciada pelos governantes, e esse período deixou marcas profundas na população e na política educacional do país, e isto reflete na estrutura dos lares brasileiros, contribuindo ainda mais para a desigualdades já existentes. A baixada fluminense por anos sofreu com a questão educacional, e pela falta de vagas na rede pública e sem falar na qualidade da educação, abaixo podemos ver 2 figuras que foram publicadas no jornal Extra de 14 de setembro de 2014 e que mostram os resultados do último IDEB para o estado do RJ.

Tabela 1
Os Piores municípios no IDEB(5º Ano)

	MUNICÍPIOS	2009	2011	2013
1	Macuco	3.8	4.2	3.6
2	Belford Roxo	3.7	3.8	3.7
3	Campos dos Goytacazes	3.3	3.6	3.9
4	Nova Iguaçu	4.0	4.1	3.9
5	Cardoso Moreira	3.8	3.8	4.0
6	Queimados	3.9	4.2	4.0
7	São Gonçalo	3.9	4.1	4.1
8	Japeri	3.6	3.8	4.3
9	Magé	3.6	3.9	4.3
10	Nilópolis	3.6	4.4	4.3
14	Duque de Caxias	3.8	4.3	4.4
20	Mesquita	4.1	4.1	4.5
22	São João de Meriti	4.0	4.2	4.5
		2009	2011	2013
	Média no Brasil	4.4	4.7	4.9
	Média no Rio	5.1	5.4	5.3

Fonte: Jornal o Extra edição de 14/09/2014

Tabela 2
Os Piores municípios no IDEB (9º Ano)

	MUNICÍPIOS	2009	2011	2013
1	Laje do Muriaé	3.9	-	2.3
2	Arraial do Cabo	3.2	4.7	2.9
3	São Gonçalo	3.1	3.2	2.9
4	Belford Roxo	2.8	3.2	3.0
5	Japeri	3.2	2.9	3.0
6	Tanguá	4.0	4.3	3.1
7	Carapebus	3.6	3.3	3.2
8	Conceição de Macabu	3.2	4.1	3.2
9	Porto Real	-	3.4	3.2
10	Quatis	4.0	3.6	3.2
11	São João de Meriti	3.5	3.5	3.2
15	Duque de Caxias	2.7	3.5	3.3
16	Guapimirim	3.4	3.6	3.3
18	Itaguaí	4.0	3.9	3.3
20	Magé	3.5	3.4	3.3
21	Mesquita	3.4	3.5	3.3
23	Nilópolis	3.7	4.1	3.4
25	Nova Iguaçu	3.5	3.5	3.4
		2009	2011	2013
	Média no Brasil	3.6	3.6	3.8
	Média no Rio	3.6	4.4	4.4

Fonte: Jornal o Extra edição de 14/09/2014

Em análise a situação apresentada, vemos que os municípios da baixada estão entre os que tem os piores índices, mostrando a fragilidade do sistema de educação na região. A qualidade do ensino ofertado pelas prefeituras e Estado é baixa, e conta com pouco investimento e incentivo que valorizem os professores e as escolas. Com isso os jovens da baixada, saem da escola despreparados e em desvantagem para concorrer no mercado de trabalho, o que os leva a empregos e funções de qualidade, ou remuneração baixa.

Arelado a isso questão da profissionalização é bem escassa na região, com poucas escolas técnicas, que ofertam poucas vagas, ou através das políticas educacionais do governo federal como o caso do Pronatec.

Nesse âmbito vemos de vital importância também a participação da sociedade civil na contribuição com a formação de nossos jovens através de seus aparatos e parcerias, as entidades sindicais, partidos, movimentos sociais, pastorais e movimentos da igreja, podem contribuir muito para essa atualização profissional e ajuda para a alocação de nossa juventude no mercado de trabalho.

Ausência de Emprego para a Juventude

O desemprego crescente vem afetando todo o país e os índices nas metrópoles a cada dia aumentam mais. A maior parte dos postos de emprego do estado se

concentra na capital, o que faz com que a população das outras regiões tenham que migrar todos os dias para a capital. Uma análise feita a partir do Censo de 2010 pelo SEBRAE e publica em seu portal, traçou um panorama sobre a ocupação e o empreendedorismo no Estado, essa análise apontou que 40% da população do estado trabalha na capital.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua(2016) - PNAD contínua - do 1º trimestre do ano, publicada no portal do IBGE em 19 de maio de 2016, mostra que a taxa de desocupação no país subiu 10,5% para 10,9% , e na região sudeste a taxa subiu de 8,6% para 11,4%, no Rio de Janeiro a taxa subiu de 7,7% para 9,2% no período de três meses. E com relação ao desemprego dos jovens a pesquisa mostra:

Por grupos de idade, a taxa de desocupação da população de 18 a 24 anos, no Brasil, foi de 24,1%. Nas Regiões Sudeste(25,5%) e Nordeste(27,4%) a taxa de desocupação das pessoas de 18 a 24 anos foi maior que a media nacional para a idade. A região Sul(17,2%) apresentou a taxa menos elevada. Destaca-se ainda, a alta taxa de desocupação no Sudeste para as faixas de 14 a 17 anos (48,8%). (PNAD CONTÍNUA: relatório de desocupação no 1º trimestre, 2016)

A questão do desemprego na baixada fluminense não é nenhuma novidade, de acordo com a análise feita pelo Sebrae um dos fatores que podem ser determinantes para essa situação é a questão da mobilidade urbana. Uma vez que a maior parte das famílias mais pobres que trabalham na capital residem em locais da região metropolitana de difícil acesso (periferias) e longo tempo de deslocamento no trajeto domicilio - trabalho – domicilio. O estudo mostra que a media de tempo de deslocamento do Estado é de 42 minutos, já dos moradores da baixada é de 51 minutos.

Sendo assim diversos fatores além dos financeiros e políticos que nosso país enfrentar por conta da crise institucional que foi instaurada na nossa sociedade, a falta de investimentos na questão da mobilidade urbana ou em projetos que realmente sirvam para melhorar a questão do transporte de massa da região, e a falta de incentivo as empresas para que elas se estabeleçam na região, movimento assim a atividade econômica, e criando postos de trabalho mais próximos do cidadão.

Trafico de Drogas

O trafico de drogas é uma questão bem antiga, e que se faz presente em quase todo o estado do Rio de Janeiro, especificamente na baixada fluminense de acordo com Jose Claudio Alves em entrevista para o portal da FIOCRUZ em 10/12/2010, estima-se que o crime organizado começou a se formar antes da década de 60 juntamente com a formação da região, onde pequenos grupos de criminosos começaram a se estabelecer nos municípios e bairros da região, e com o passar do tempo foram crescendo e se desenvolvendo junto a baixada.

A seguir vemos uma tabela de elaboração própria contendo dados fornecidos pela secretaria de segurança pública do estado através do seu portal da internet, a tabela mostra as apreensões de drogas realizadas pelos batalhões da baixada fluminense nos 4 primeiros meses do ano.

Tabela 3 - Apreensão de Drogas em 2016					
Batalhão	Área do batalhão	JAN	FEV	MAR	ABR
24º BPM	048a. Seropédica	4	5	11	21
24º BPM	050a. Itaguaí	14	5	7	16
24º BPM	051a. Paracambi	12	14	14	16
20º BPM	052a. Nova Iguaçu	12	7	15	7
20º BPM	053a. Mesquita	18	10	13	15
39º BPM	054a. Belford Roxo	50	37	48	32
24º BPM	055a. Queimados	12	8	4	9
20º BPM	056a. Comendador Soares	36	24	33	37
20º BPM	057a. Nilópolis	5	8	6	7
20º BPM	058a. Posse	7	7	14	9
15º BPM	059a. Duque de Caxias	17	12	13	8
15º BPM	060a. Campos Elíseos	12	11	9	17
15º BPM	061a. Xerém	-	-	1	1
15º BPM	062a. Imbariê	30	29	28	14
24º BPM	063a. Japerí	11	22	23	16
21º BPM	064a. Vilar dos Teles	61	46	42	40
Total		301	245	281	265

Tabela 1 – Elaboração Própria **Fonte:** Secretaria de Segurança Pública de Rio de Janeiro

Os índices mostram que somente nos 4 primeiros meses do anos já foram feitas mais de 1000 apreensões de drogas na região, o que só elucida a força do trafico na região.

O problema do tráfico de drogas na baixada é algo que só será resolvido ou minimizado quando o poder público passar a se interessar pela região e investir em políticas que realmente combatam a criminalidade, de forma não apenas ostensiva, mais preventiva.

Criminalidade Não solucionada pelo Estado

A criminalidade é um problema que assola todo o nosso país, e em especial o estado do Rio de Janeiro, que tem alguns dos maiores índices de violência e homicídios do país. Com esse cenário avassalador em que nossa população se encontra, e tentando atender os anseios de diversos grupos e entidades ligados aos direitos humanos, e direitos da juventude, dentre estes a Pastoral da Juventude e de toda nossa sociedade, em 4 de maio de 2015, criou-se na câmara dos deputados a CPI –Violência contra jovens negros e pobres, que tinha como finalidade apurar causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil.

No início do relatório final da CPI da violência contra jovens negros e pobres, consta um dado informando que no Brasil no período de 1980 a 2010 cerca de 1 milhão de pessoas foram assassinadas e que a principal causa de morte de pessoas entre 15 e 30 anos são os homicídios. O relatório ainda revela que os homicídios atingem majoritariamente os jovens negros, do sexo masculino, com baixa escolaridade e moradores de periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos.

O relatório de impunidade na baixada fluminense (2005), elaborado pela ONG Justiça Global aponta que a questão da criminalidade na baixada fluminense é histórica seu agravamento, se deu na época da ditadura militar onde diversos grupos Paramilitares – as denominadas milícias - , grupos de extermínio, contraventores e outros, muitas vezes ligados a políticos da região que visavam a criação e ampliação de currais eleitorais e outros ligados a agentes de segurança e magistrados, pois na época política de segurança para a baixada era pauta na repressão ostensiva e violenta, que atingia na maioria a população mais pobre os jovens. O relatório aponta que diversos casos de desaparecimento, homicídio e outros crimes não são solucionados na região e acabam sendo arquivados por falta de provas e

testemunhas, chegando a uma taxa de mais de 80% de crimes sem solução na região.

Com isso a questão da criminalidade não solucionada, aparece como um nó de grande impacto no problema trabalhado, uma vez que este revela um problema histórico que vem se agravando cada vez mais, e loteando a baixada fluminense, entre grupos de criminosos e deixando a população refém de tudo isso.

O crescimento econômico não ocorre na periferia

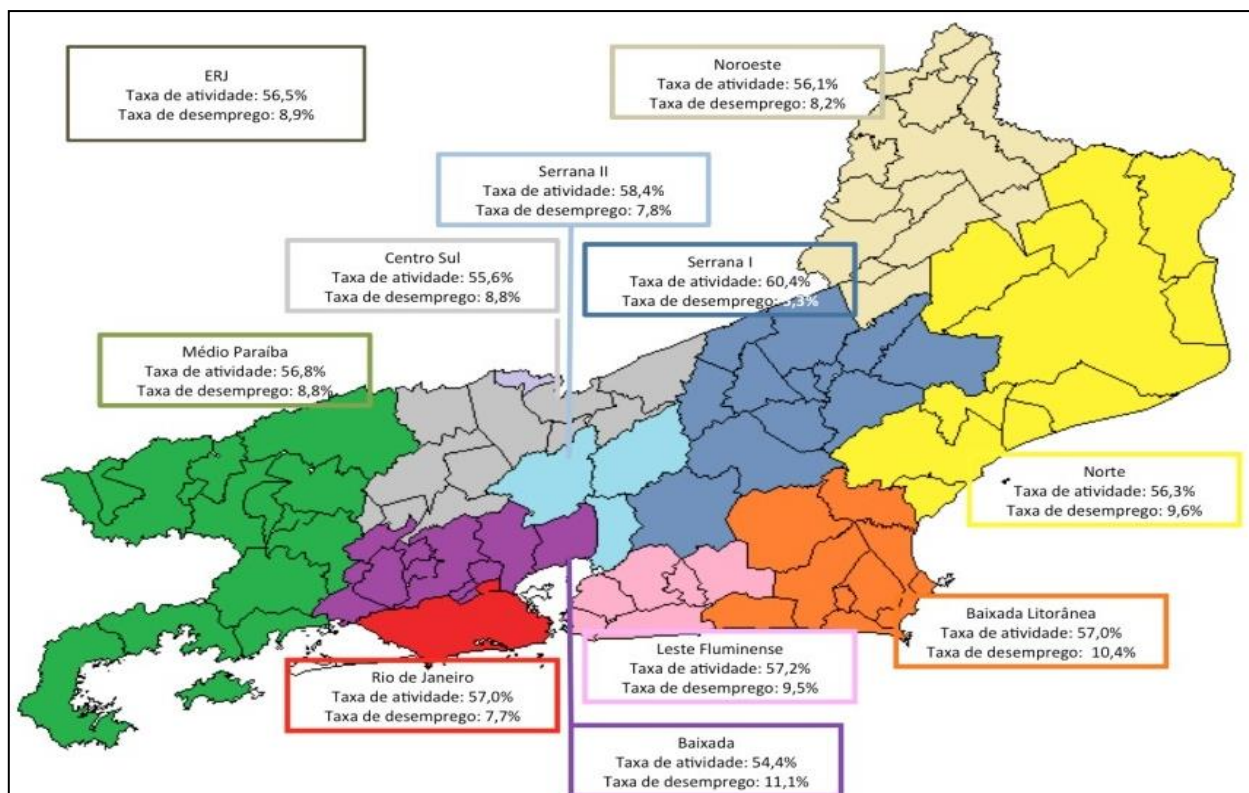
O capitalismo implantado em nosso país desde o início de nossa república, e que se manteve por décadas segundo Nogueira (2004 p.81), de forma agressiva e predatória da natureza e que foi baseado na produção de bens de consumo, nos tornou cada vez mais dependentes das tecnologias e outros bens supérfluos, chegando a um ponto alarmante e nocivo, que deixou profundas marcas em nossa população. A maior dessas marcas é a desigualdade social que durante todo o processo da urbanização brasileira se fez presente e de forma intensa, onde a população de classe mais baixa foi sempre subjugada as piores condições possíveis. Esse processo reflete diretamente na sociedade carioca que foi se formando em torno do centro da cidade do rio de janeiro e alguns bairros da zona sul, que concentram a maior parte do capital, do comércio, das indústrias e das oportunidades de emprego. Fatos estes que levaram criação da atual conjuntura urbana do estado, onde surgiram às periferias (favelas e as chamadas inicialmente de cidades dormitório), que a princípio não se preocupavam em oferecer estrutura e infraestrutura, para que as mesmas se tornassem também centro de desenvolvimento financeiro e econômico.

Com relação à periferia, no que diz respeito a sua auto sustentação econômica, podemos observar na análise feita pelo Sebrae que no “Estado do Rio de Janeiro, 1.573.108 (cerca de 22%) dos ocupados são empreendedores, 1.436.058 por conta própria 137.050 são empregadores”. O estudo classifica como empreendedor de sucesso aquele que consegue gerar outros empregos, o geraria um ganho maior para região em que se estabelece. E aponta a baixada em último lugar com apenas 5% de empreendedores empregadores, o que nos leva a crer que na região ainda

carece de incentivo para que seus moradores se tornem empreendedores, auxiliando no crescimento da região.

E olhando no mapa abaixo encontramos o estado do Rio de Janeiro separado por suas regiões e demonstrando a taxa de desemprego e a taxa de atividade que é a porcentagem de pessoas economicamente ativas. A região da baixada fluminense aparece em último lugar na taxa de atividade e com o maior índice de desemprego.

Mapa 1 - Taxa de Atividade e de Desemprego por região do Estado (2010)



Fonte: Censo IBGE/2010

Evasão escolar

A evasão escolar é fato que é recorrente em todo o país, a professora Rosemary Dore Heijmans, da UFMG coordenou um estudo publicado no portal do Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa (INEP) sobre a evasão escolar, nele ela aponta aspectos sociais determinantes da evasão escolar como, a desestruturação familiar, as políticas de governo, o desemprego, o baixo desempenho, reprovação, a escola e a própria criança.

Uma que faz a situação educacional piorar, e que nem sempre as escolas, professores e diretores não estão acostumadas a lidar. O estudo ainda fala das causas de evasão no ensino médio:

Dentre as possíveis causas já identificadas pelo estudo para o abandono do Ensino Médio técnico estão: o nível socioeconômico do aluno; a estrutura organizacional e pedagógica das escolas; a política educacional; a relação da escola com a cultura jovem; a "necessidade" de o jovem ter que optar por estudar ou trabalhar; e questões curriculares.(INEP: Educação profissional no Brasil e evasão escolar, 2016)

A evasão escolar deve ser combatida de maneira eficaz porque mesmo não tendo índices muito elevados ela pode ser a causadora de diversos outros problemas ligados a ociosidade da juventude.

Ociosidade da Juventude

A ociosidade da juventude é um problema que nos leva a pensar que o Estado deve dar mais atenção a este segmento da população e assim reconhecer seu protagonismo diante de nossa sociedade e seu potencial poder de mudança, e não somente olhar para a juventude como um problema em questão. Conforme fala Azevedo (2001), para a implantação de políticas sociais é necessário que se compreenda como funciona ou se porta o segmento a que se quer atingir, com a juventude é necessária a criação de mecanismos de inclusão com espaço de interação cultural e social.

Sposito (2007) faz uma análise sobre a atenção voltada para a juventude nos últimos anos, muito por causa das conferências de juventude, conselhos, e da secretaria nacional de juventude.

(...) o caráter contingente dos processos de formação das políticas públicas aponta para o reconhecimento do fato de que a constituição da agenda pública em torno da juventude nos anos recentes significa um passo irreversível na direção de um conjunto expressivo e orgânico de políticas destinadas aos jovens no país. (SPOSITO, 2007, p. 14)

De fato o caminho que governo vem adotando de abrir mais espaço para a juventude, para que se formule junto políticas que mudem a realidade dos jovens em especial os que vivem em situação de maior vulnerabilidade. A ociosidade da juventude ainda é reflexo de políticas educacionais não tão eficazes e falta de espaços de interação e integração dos jovens. Essa situação se agrava mais não regiões mais pobres onde a infraestrutura local é bem pior se comparada as capitais.

Deficiência na política de assistência Social

Como já vimos anteriormente a baixada fluminense historicamente é a região onde se encontram as maiores desigualdade sociais de nosso estado, e esse projeto se deu desde a sua formação uma vez que as cidades inicialmente eram tidas apenas como cidades dormitório, e por isso não foram construídas com a infraestrutura e o planejamento que facilitasse a vida de seus moradores.

No relatório de Impunidade da Baixada fluminense (2005), faz menção a formação histórica da região, e aponta desde o inicio problemas sociais que perduram até hoje, ele denuncia a ineficiência dos planos nacional, estadual e municipal de assistência social, como vemos a seguir.

As políticas sociais no plano nacional, estadual e municipal com perfis focalistas ou assistencialistas são ineficientes num contexto onde a maior parte da população carece de direitos básicos de cidadania. Em muitos casos, as políticas públicas que por principio e por direito deveriam ser para todos, ficam sobre o controle das oligarquias políticas locais que, através do clientelismo, transformam direitos em privilégios, limitando o conceito de cidadãos a meros usuários e beneficiários dos serviços. (OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA: Relatório de impunidade na baixada, 2005)

Assim essas oligarquias citadas, muitas das vezes são as detentoras do poder executivo e legislativo municipal, e para se perpetuarem no poder acabam por corromper o estado democrático de direito, no que tange a participação popular, já que elas é quem determinam qual cidadão ou localidade vai ser beneficiada com os serviços públicos. Esses são fatos bem comuns no dia adia da baixada fluminense, aonde nos municípios, a adesão por parte da população a certas políticas sociais

como o bolsa família, minha casa minha vida, aluguel social e outros, vem sendo utilizada como moeda de troca por certos políticos, e com isso não chegando em sua totalidade a quem realmente precisa. Tal fato é uma deficiência que carece de ser sanada, o governo federal que é o grande financiador, tem de criar mecanismos de controle mais rígidos para que os executores (estados e municípios) tenham maior responsabilidade na sua aplicação, como uma forma realmente de ajudar a população que mais necessita e não apenas como mero assistencialismo.

Estrutura política local focada nas classes altas

A formação do estado brasileiro se deu de uma maneira desigual e controlada por uma elite que desde o tempos das capitâneas, vem controlando a questão política do país, para Pomar (2013) a estrutura do Estado sempre priorizou as grandes elites, e na estruturação das grandes cidades brasileiras isso ficou bem claro, com as obras e construções que foram feitas durante todo o século 20, com a expansão de capital e industrial que o Brasil viveu, e devido ao êxodo da população do campo para as cidades (muitas vezes de maneira forçada), surgiu-se o efeito da favelização, que no caso do Rio de Janeiro foi incentivado como uma das formas de se tirar do chamado cartão postal da cidade toda as pessoas das classes mais baixas, levando-as a habitar outras áreas do município do Rio de Janeiro e cidades vizinhas que ficam próximas ao centro financeiro da cidade, sendo assim, possível a exploração da mão de obra. Na formação da cidade do Rio de Janeiro, vê se grandes investimentos como metrô, estradas, hospitais e universidades, nas áreas nobres e centrais da cidade, deixando a margem o restante da cidade que era habitado pela população mais pobre.

Atualmente vemos que essa política voltada para as classes mais altas e áreas nobres continua. Exemplo claro são os investimentos feitos no estado nos últimos anos em decorrência dos grandes eventos que acontecem aqui (Copa do Mundo e Olimpíadas) a seguir trecho da matéria da repórter Alana Granda, publicada no portal Agência Brasil em 2014.

A capital do estado deverá concentrar 16,1% dos investimentos definidos para 2014/2016, correspondentes a R\$ 37,8 bilhões, enquanto o leste fluminense terá R\$ 25,6 bilhões (10,9%), seguido do sul do estado,

com R\$ 14 bilhões (6%), e Baixada Fluminense, com R\$ 10,9 bilhões e participação de 4,6%. (GANDRA, 2014)

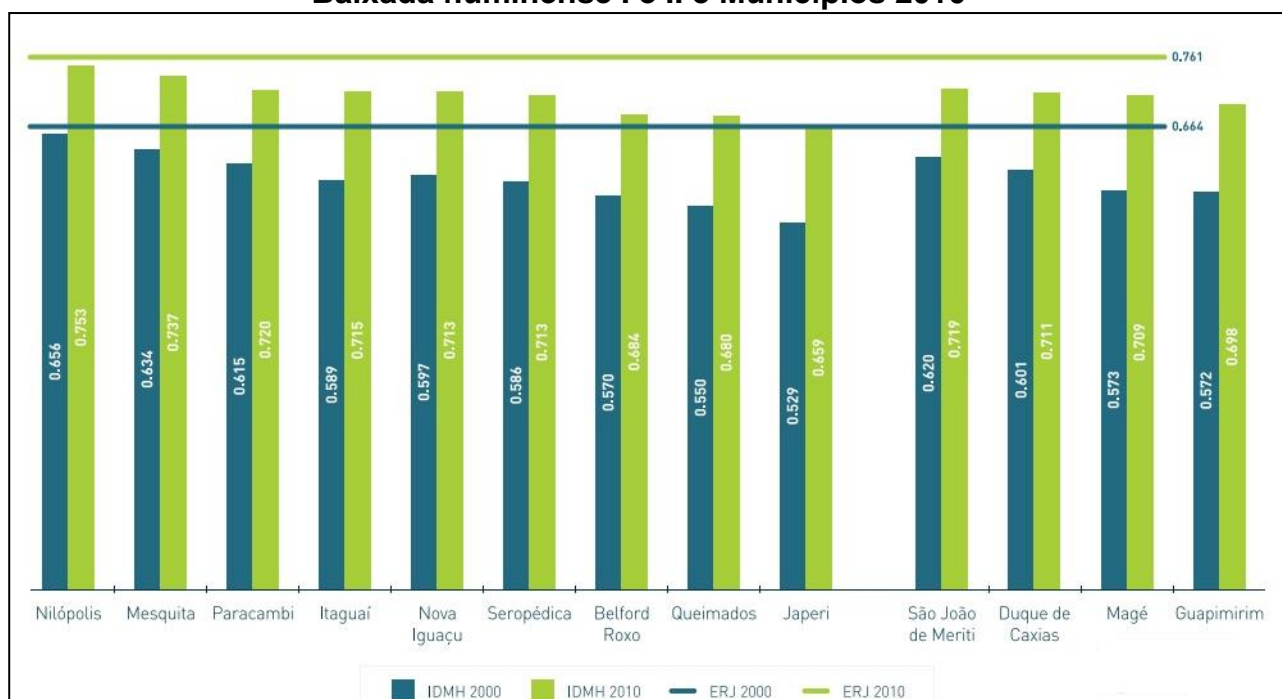
Nos dados acima vemos sim que há um investimento na região da baixada porém, um parcela bem pequena, não sendo assim suficiente para amenizar muitas situações caóticas estruturais e socioeconômicas da região.

Baixo interesse governamental na região

A baixada fluminense conta com uma população de aproximadamente 3,6 milhões de pessoas, que é grande parte da população do estado, porém mesmo com todo o desenvolvimento estrutural e financeiro que foi empregado na região na última década, segundo dados do relatório de indicadores sociais municipais do Censo (2010) do IBGE, a região ainda concentra um dos maiores índices de desigualdade socioeconômica do estado. A região por ter sido considerada durante muito tempo como cidades dormitório ficou um pouco a margem dos investimentos, nas áreas de infraestrutura, transportes e principalmente saneamento básico.

Esse desinteresse pela região pode ser visto através do seu IDH, onde todos os municípios que compõem a região estão abaixo da média estadual conforme demonstra o gráfico 3. E além do IDH, a região da baixada também possui outros índices inferiores aos do restante do Estado como detalhou o Painel Regional da Baixada Fluminense 2015 feito pelo SEBRAE, onde se nota um PIB abaixo da média estadual, uma maior concentração da população pobre se comparada a outras regiões e a média estadual, e também uma renda domiciliar per capita de apenas 545 reais, quando a média estadual é de 991 reais.

Gráfico 3 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal: Estado do RJ, Baixada fluminense I e II e Municípios 2010



Fonte: Painel Regional da Baixada Fluminense- SEBRAE 2015

A região da baixada fluminense foi por muito tempo atrativa no campo político essa atração se dá devida a grande densidade populacional, o que faz que diversas iniciativas e promessas eleitorais sejam feitas para a região mais que em sua maioria não se cumprem ou não do jeito que se era esperado, fazendo assim com que a região fique esquecida por parte dos governantes fora da época eleitoral. Outro dado alarmante que comprova a falta de interesse e de investimentos na região é a questão do saneamento básico. Em um ranking feito pelo Instituto Trata Brasil (2014) que avaliou as condições de saneamento das 100 maiores cidades do país, quatro municípios da baixada figuraram na lista e todos ocuparam as últimas posições no ranking, sendo Belford Roxo, a melhor classificada entre todos esses municípios, classificada na 77ª posição.

Dificuldade de Mobilização

Como já mencionado o início do povoamento da região hoje conhecida como baixada, se deu de forma irregular e desestruturada, e em grande parte por pessoas das classes mais baixas, migrantes vindos da região nordeste em busca de emprego, moradores das favelas cariocas, expulsos pela urbanização de algumas

parte da cidade. Como já observamos acima, a região sempre esteve a margem dos investimentos públicos, inclusive na área de segurança, o que favoreceu a implantação de grupos criminosos, que em muitas partes se misturaram com grupos políticos, em busca de maior poder e dominação de território. Devido a esses diversos fatores de abandono do poder público e repressão que se vive por parte do crime organizado, a população da baixada não criou o hábito de manifestar-se em busca de seus direitos e para serem ouvidos pelas autoridades.

A região até possui uma quantidade razoável de movimentos sociais e entidades da sociedade civil que visam questões dos direitos da população. De acordo com Barreto (2004), muitas delas criadas já nas décadas de 70 e 80, com estreita ligação com a Igreja Católica (CEBS, Comissão Pastoral da Terra, Pastorais da Juventude e Pastorais Sociais) e que por muito tempo, serviu de base e berço de muitos líderes políticos e sindicais da região. Nos dias de hoje ainda temos alguns movimentos ligados a igreja católica, como Centro de Direitos Humanos e pastorais sociais, e diversas ONGs, projetos, sindicatos, e partidos políticos de esquerda. E ainda região conta com Fórum Grita Baixada que como consta em seu portal:

“O Fórum nasceu para ser o **espaço e instrumento onde a voz da Baixada possa ter mais força**, e quem sabe obrigar as autoridades a ouvir nosso grito. Ele surgiu a partir da preocupação da Diocese de Nova Iguaçu com o aumento dos índices de violência nos Municípios da Baixada Fluminense nos últimos anos.” (FORUM GRITA BAIXADA: História do fórum, 2016)(**grifo do Autor**)

Esse espaço nasceu após a crescente onda de violência que atingiu os municípios da baixada, e as frequentes chacinas que ocorrem na região, em sua maioria vitimando os jovens.

Apesar de todos esses mecanismos de mobilização a adesão da por parte da população ainda é bem pouca, isso faz com que a mobilização seja fraca. Muitas das vezes isto acontece devido o descrédito que a população tem com as autoridades e a classe política, que se utilizam desses eventos para se promoverem. Outro fator é o despreparo, ou baixo poder de atração de algumas entidades na hora de fazer a mobilização e dialogar com a população, que na maior parte das vezes não se envolve por medo de sofrer represálias.

Baixa escolaridade da população

A situação da escolaridade na baixada é bem delicada e um problema que vem sendo recorrente ao longo da história, em 11 de julho de 2012, em matéria do Jornal Extra, se denunciava esta situação que dizia que em 5 cidades da baixada mais de 50% da população não possuía instrução, segundo os dados do IBGE.

Dados do Censo 2010, do IBGE, revelam uma triste realidade na Baixada Fluminense: em cinco cidades, mais de 50% da população com mais de 10 anos não tem instrução ou não completou o ensino fundamental. Japeri lidera o índice: possui 58,33% da população nessa situação. Guapimirim, Queimados, Belford Roxo e Magé são outras cidades na ponta do ranking. A que está em melhor situação é Nilópolis, com índice de 35,19%

Porém essa situação é uma situação que vem melhorando a cada ano porém numa proporção muito desacelerada. No Brasil, a baixa escolaridade é um problema que atinge grande parte da população. Segundo dados do Censo 2010 apenas 11,27% da população brasileira possui nível superior e 24,56% possui o nível médio completo. (UOL Educação, 19/12/2012).

Os governos de Lula e Dilma conseguiram consideráveis avanços no campo da política educacional brasileira, principalmente no que diz respeito a ampliar o acesso a educação. Ainda, porém, resta um caminho longo a ser percorrido para poder compensar os anos de baixo investimento na área.

Estado não democrático

Vivemos em um país de regime democrático, estabelecido por uma constituição que assegura este caráter democrático em seu primeiro artigo. A democracia é definida por Bobbio (1996, p.60) como um processo participativo, de convivência social, plural e solidária que deve se destinar a reduzir e combater as desigualdades sociais, e permitir assim a ampliação e participação da população como um todo no contexto político, social e cultural. O autor fala que “o Estado Democrático de Direito é o governo do povo sobre o povo.” (BOBBIO, 1996, p.60).

Porém o que podemos notar é que com a configuração atual brasileira, nem toda população possui acesso aos direitos mais básicos, e garantidos na constituição, a desigualdade social é realidade presente em todas as regiões do país, e que começou a surgir desde a formação do Estado brasileiro se mantendo até os dias de hoje. Esta situação faz com que muitos cidadãos brasileiros não consigam ter acesso aos serviços mais básicos e de direito de todos.

Quando o Estado, não cumpre seu papel para com os direitos do povo, privilegiando a grande maioria em detrimento de uma elite, ele perde sua característica democrática, não exercendo seu papel de garantidor de direitos e não se concretizando como um governo do povo sobre o povo.

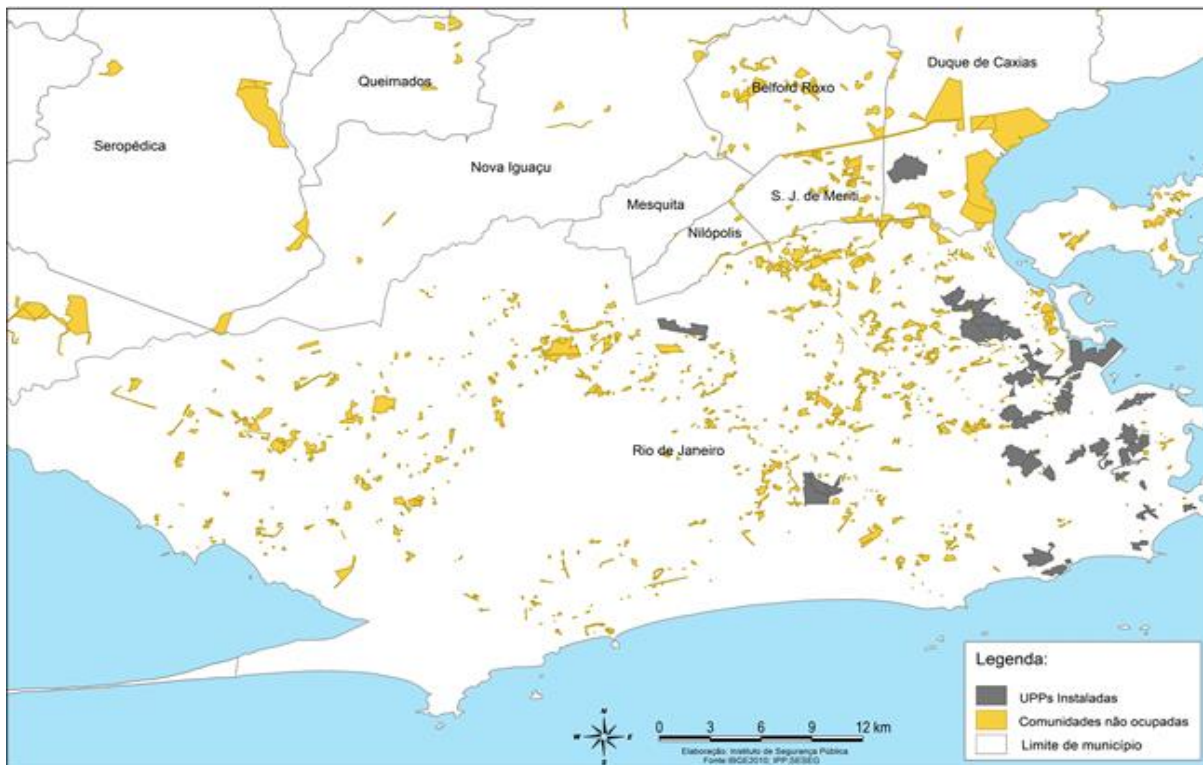
Políticas de proteção da juventude não chegam na periferia

A CPI que apurou o extermínio da juventude negra e pobre no Brasil constatou como sendo uma realidade nacional que as políticas públicas e principalmente as de proteção a juventude são poucas ou quase inexistentes nas comunidades e regiões mais pobres de nosso país justamente nos locais onde se encontra a maioria dos nossos jovens e a maioria deles estão em uma condição de vulnerabilidade social.

No estado do Rio de Janeiro, a principal política de segurança pública é a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), que foi inaugurada em 2008 e tem como função a “retomada” de comunidades dominadas pelo tráfico e pelas milícias e devolver o controle ao Estado, possibilitando que a máquina pública adentre essas comunidades com políticas, serviços e projetos que antes não existiam naquele local. Quando essa política quando cumpre seu papel efetivamente, ela se torna também uma das principais políticas de proteção da juventude, uma vez que com a retomada do território por parte do Estado, o aliciamento dos jovens daquela região para o crime organizado diminui e as comunidades se sentem mais protegidas e a juventude pode, portanto, ter outras atribuições e funções na comunidade. De acordo com dados do Instituto de Segurança Pública (ISP) do Rio de Janeiro, já foram instaladas 38 UPPs no estado. Porém como podemos observar no mapa abaixo, dessas 38 unidades, apenas 1 se localiza na baixada fluminense sendo

implantada em fevereiro de 2014 na comunidade da mangueirinha em Duque de Caxias. Todas as demais se localizam na cidade do Rio de Janeiro.

Mapa das Unidades de Polícia Pacificadora do RJ



Fonte: Instituto de Segurança Pública do RJ

Outro fato importante que podemos apontar é que o projeto de pacificação das comunidades cariocas vem como parte do pacote de segurança que foi traçado para a cidade do Rio de Janeiro devido aos grandes eventos que nela acontecem (Copa do Mundo e Olimpíadas), e um dado que é do conhecimento de todos é que com a pacificação de comunidades cariocas houve a migração de criminosos, armas e drogas para municípios da baixada, agravando ainda mais a situação da região.

Podemos dizer ainda que a baixada, sofre com a falta de espaços de lazer, centros esportivos e culturais para que ali se possa melhorar a qualidade de vida dos jovens.

Mobilização popular fraca

Avritzer (1994, p.189-190) afirma que “os movimentos sociais constituem aquela parte da realidade social na qual as relações sociais ainda não estão cristalizadas em estruturas sociais, onde a ação é a portadora imediata da tessitura relacional da sociedade e do seu sentido”, assim podemos entender que os movimentos sociais

são instrumentos pelos quais a sociedade se faz para se reivindicar, debater e dar evidência a assuntos e temas de interesse coletivo, que em geral são negados ou esquecidos por parte dos governantes. Para Pinsky (2003, p. 568), “os movimentos populares se caracterizaram por um alcance limitado a questões localizadas na vida prática da comunidade”. Podemos dizer que os movimentos são baseados na vontade daquela comunidade.

Com isso movimentos sociais impõem sua força e influencia, mas para que isso ocorra é necessário o apoio da população. Na baixada fluminense, existem diversos movimentos que expressam essa realidade social da baixada, porém ainda falta entendimento de parte da população sobre o seu papel.

Nota-se que na baixada, as grandes manifestações são geralmente em decorrência de fatos esporádicos em geral em razão da violência, onde sempre acontecem atos públicos e caminhadas, e em razões de mobilizações orquestradas pela Igreja Católica.

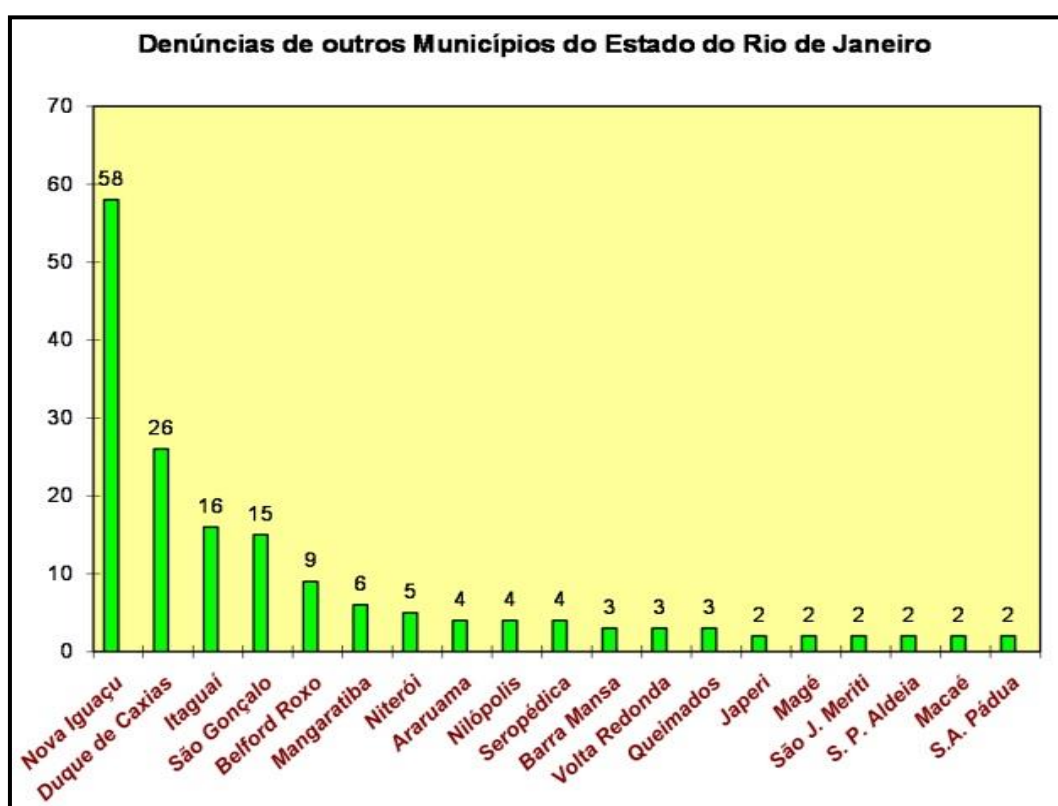
Cabe ainda por parte dos movimentos e entidades uma maior inserção e instrução do povo para que assim se possa ter maior participação em suas mobilizações.

Criação de grupos de extermínio e milícias

Um fato recorrente e que se faz presente em todo o estado do Rio de Janeiro, é a existência de grupos armados, algumas vezes compostos por agentes públicos, que se apossam e dominam regiões onde passam a cobrar por supostos serviços realizados a comunidade. Essa realidade se tornou de fato outro ponto de poder paralelo (além das Facções Criminosas), no Rio de Janeiro, e que em 2008 foi alvo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, na assembleia Legislativa do RJ que ficou conhecida como CPI das Milícias. Como podemos ver no relatório final da CPI das Milícias (pag, 35) o Delegado da 35ª DP Marcus Neves define milícias como:

Milícias são grupos armados compostos por agentes do Poder Público e pessoas cooptadas nas comunidades carentes, inclusive traficantes, que usam a força e o terror para dominar uma determinada região e explorar de maneira ilegal as atividades de transporte alternativo, gás e tevê a cabo. Seu mote é a questão financeira, o lucro farto e fácil. (ALERJ: Relatório final CPI das Milícias, 2008)

A CPI das milícias foi a fundo nos grupos que dominavam a zona oeste da cidade do Rio de Janeiro porém não deixou de relatar a existência de grupos por todo o Estado, na baixada fluminense foram apontados a existência de grupos de extermínio e milicianos em quase todos os municípios, alguns bem organizados que exploravam financeira e politicamente áreas da região e outros menores e com menor estrutura, mas que também dominavam áreas transformando a população em reféns em suas próprias casas. Segue abaixo o Gráfico que consta no relatório final da CPI (p, 212) e aponta a denúncias recebidas no disque milícia informando existência desses grupos em todo o Estado.



Fonte: Relatório Final da CPI das Milícias da ALERJ(Pag, 212)

Nota-se que se somadas são mais de 120 denúncias vindas dos municípios da baixada, informado a existência de diversos grupos atuando na região, o relatório é bem detalhado, inclusive com nomes dos milicianos e dados sobre as 34 áreas da baixada que estão ocupadas por estes grupos.

Aumento do crime organizado

Como já observamos acima, o crime organizado na baixada fluminense é um problema antigo que vem enraizado desde a sua fundação e é controlado por agentes públicos, políticos da região e facções criminosas.

Desde 2008 quando se deu início o programa de pacificação das comunidades cariocas, especialistas em segurança, meios de comunicação e moradores da região vêm apontando o aumento de índices de criminalidade na baixada. A seguir vemos trecho da matéria da revista exame de 13/06/2013 que traz dados sobre o assunto:

Estatísticas de março da Secretaria de Segurança Pública do Rio dão força à hipótese de mudança da criminalidade. Elas mostram queda nos principais indicadores de delitos na capital fluminense e aumento na Baixada em comparação com março de 2012. De 23 tipos de crimes, 11 registraram diminuição na capital - só três subiram e os demais ficaram estáveis. Caíram homicídios (-11,3%), estupros (-38,2%), assaltos (-4,9%) e furtos (-8,7%). Já as 12 cidades da Baixada Fluminense registraram aumento de 14 indicadores e redução em apenas quatro. Houve avanço nos homicídios (23%), roubos (21,5%) e no total de ocorrências (5,3%).(REVISTA EXAME.COM de 13/06/2013)

A matéria ainda fala que de acordo com relatos dos moradores da região, bandidos vindos das comunidades ocupadas, estariam invadindo e se refugiando nas comunidades da baixada onde antes não havia ou o crime era em baixa escala, e vindo com eles grandes quantidades de armas e drogas. Com o avanço do tráfico, há também o avanço dos grupos de milicianos sobre a região, o que gera muitos conflitos.

Corrupção policial

A corrupção da policial é um tema muito delicado e que dificilmente é debatido em nossa sociedade, na baixada e nas regiões de periferia é um fato de conhecimento coletivo, porém, pouco falado e muito menos denunciado devido a toda cultura de repressão e represália implantada ao longo do tempo.

Como já vimos a polícia é uma das maiores responsáveis pelo alto número de mortes de jovens na região, seja por policiais no exercício da função (autos de resistência) ou seja por agentes de segurança atuando de forma clandestina (grupos de extermínio e milícias).

De acordo com Fonseca, Antunes e Sanches (2002), pode-se afirmar que a corrupção mesmo sendo aplicada em vários países tem características diferentes, é complexa e pode aparecer de diversas formas. Já Blundo (2003) fala que a corrupção é um fato que acontece de maneira escondida, por isso a dificuldade de observá-la. Em pesquisa do Datafolha de 2014, divulgada em reportagem da revista *Veja* de 08/04/2013, a polícia militar do RJ é apontada como campeã de corrupção no Brasil, como podemos ver abaixo:

O Rio de Janeiro é líder em corrupção da Polícia Militar no Brasil, aponta a Pesquisa Nacional de Vitimização, que teve uma prévia divulgada nesta segunda-feira. Das 8.550 pessoas entrevistadas no estado, 7,2% (619) afirmaram já ter sido vítimas de extorsão ou tiveram de pagar propina a algum PM. Acima da média nacional, de 2,6%. (REVISTA VEJA, 08/04/2013)

A questão da violência no Rio de Janeiro é um fator que possui diversas fontes de alimentação e incentivo, e a corrupção das instituições do Estado é só mais uma delas. Porém essa questão é uma das mais preocupantes devido ao fato de que os agentes públicos que deveriam trabalhar para resolver os problemas, são umas das causas do mesmo.

Baixo salário da polícia

A corrupção policial é um fato já comprovado no estado do Rio de Janeiro, e esse desvio de conduta dos agentes públicos tem várias causas e uma delas é o baixo salário. Em matéria publicada no jornal carioca *O Dia* em 26 de Maio de 2014, foi divulgado dados de uma pesquisa do Instituto Gerp que aponta a baixa remuneração das forças policiais como sendo a segunda causa de preocupação da população em relação à polícia, atrás apenas da preocupação com a falta de treinamento dos PMs.

Em demonstrativo no portal Terra sobre os salários da polícia militar nos 27 estados da federação, o Rio de Janeiro aparece em 24º com um piso salarial de 1.450,00.

Em reportagem de Larissa Bortoni e Nelson Oliveira, na página Agência Senado, do Senado Federal, os jornalistas abordam que a baixa remuneração é o que leva a muitos policiais arrumarem empregos como seguranças particulares nas horas vagas, o que, de acordo com os autores, faz com que a conduta violenta atribuída a policiais seja mais atenuada, “não é novidade a participação de policiais militares em tiroteios, fora do horário de trabalho”, e afirma que uma parte deste devido ao baixo salário é obrigado a morar em áreas não muito seguras, o que lhes trás maior risco.

Juventude da baixada vira alvo da criminalidade

O jovem no Brasil é figura central na questão da violência e da criminalidade, pois é visto por muitos como um principais causadores da violência sendo que também ele é o que está mais vulnerável a sofrer violência principalmente sendo pobre e negro. Santos (2012) faz uma crítica a um senso comum existente na sociedade e pelas instituições de segurança sobre a ligação das pessoas de pele negra e às causas de criminalidade, em que se o negro é tomado como potencial criminoso. O autor afirma que há um consenso de vários estudiosos sobre o tratamento desproporcional e diferencial das forças de segurança para com os mais jovens, mais pobres e o negros, onde as ações truculentas e punitivas são usadas com maior severidade.

Reportagem publicada no jornal o dia 26 de maio de 2014, aponta que jovens entre 18 e 34 anos são os mais assaltados no Rio de Janeiro. A reportagem ainda fala:

A desconfiança dos jovens em relação à PM foi constatada pelo DIA em entrevistas com alunos da Universidade Federal Fluminense, em Niterói. A região tem sofrido um recrudescimento desse tipo de crime, entre outros. “A Polícia Militar é uma instituição corrupta e não nos sentimos protegidos. Parece que eles só servem para criminalizar os pobres e, principalmente, os

negros”, afirmou a universitária Teresa Machado, de 25 anos. (JORNAL O DIA, 25/05/2014)

Em Matéria Publicada pelo Observatório jovem da Universidade Federal Fluminense, a cientista social Silvia Ramos, faz uma colocação interessante sobre a violência contra juventude, “No Rio, a morte violenta tem cara, cor e endereço: é um rapaz negro morador de uma favela ou de um bairro da zona oeste, usando bermuda e boné.” Assim há um estereótipo já firmado, muitas vezes repetido nos casos de homicídio da região, como já se observou anteriormente. A autoria aponta ainda que muitos casos, os autores desses homicídios são os próprios envolvidos em grupos armados e tráfico de drogas.

Essa situação de envolvimento da juventude com o tráfico se dá devido a facilidade de acesso do tráfico com os jovens que, em geral, o crime está presente na localidade e no cotidiano das comunidades, inserido nos espaços onde o poder público não se faz presente com as políticas de ocupação, cultura e lazer, deixando uma lacuna grande na formação dos jovens. Silvia Ramos em outro ponto afirma que o que é “*comum a todos os jovens que ingressam no crime é a presença de grupos ilegais armados na esquina de casa.*” Fazendo menção à facilidade que os jovens têm de chegar ao crime organizado, e que para se combater esse problema há de se acabar com essa presença massiva do tráfico nas comunidades.

Com isso não é absurdo falar que o jovem é sim a maior vítima de todo esse processo que esta enraizado em nossa sociedade, e que conseqüentemente faz que toda a população sofra com a questão da violência.

Maior vulnerabilidade da Juventude pobre e negra

A juventude pobre e negra é o grupo de maior vulnerabilidade social e de maior incidência de óbitos no Brasil, segundo o relatório da CPI do extermínio do jovem negro e pobre. Essa condição se dá por diversos fatores estruturais, morais, socioeconômicos e políticos. Uma das principais razões é o racismo. O racismo que se formou junto com a sociedade brasileira surgiu dos tempos de trabalho escravo e por durante três séculos, se manteve com a escravidão. Após a abolição da escravidão o racismo não foi abolido.

“ A mais terrível de nossas heranças é esta de levar sempre conosco a cicatriz de torturador impressa na alma e pronta pra explodir na brutalidade racista e classista. Ela é que incandesce, ainda hoje, em tanta autoridade brasileira predisposta a torturar, seviciar e machucar os pobres que lhes caem as mãos”. (RIBEIRO, 1995 P.120)

Além de todo esse racismo impregnado em muitos de nossos cidadãos, existe também um racismo institucionalizado, que impregna muitas instituições brasileiras. Jorge Wamburg, repórter, fala em matéria da agência Brasil de 17 de outubro de 2013 sobre pesquisa do IPEA, que aponta que um jovem negro no Brasil de 3,7 vezes mais chance de ser assassinado do que um jovem branco. O repórter fala que.

De acordo com as estatísticas sobre a violência em que o estudo se baseou, esse é um dos fatores que explicam por que, a cada ano, “uma maior proporção de jovens negros, cada vez mais jovens, é assassinada”, acrescentou o pesquisador. Segundo ele, enquanto nos anos 80 do século passado, a média de idade das vítimas era 26 anos, hoje não passa de 20. (WANBURG. Agência Brasil jovem negro corre 3,7 vezes mais risco de assassinato do que branco, 17/10/2013)

A pesquisa ainda aponta dados que provam que ser negro ou pardo faz a probabilidade de ser morto aumentar em 8%. A CPI apontou que grande parte desse racismo institucional vem de por parte das forças de segurança que historicamente usam de métodos truculentos e violentos para manterem a ordem, e como não há mecanismos de controle eficazes se tornar difícil acabar ou coibir tais práticas, a população mais vulnerável permanece como alvo dessas ações.

Visão da polícia em proteger as classes altas

Um fato que ocorre não apenas no Rio de Janeiro, mas em todo o Brasil é a questão da proteção diferenciada, de acordo com as classes. Segundo Soares (2005), há uma relação já estabelecida, mesmo que subjetivamente, entre polícia e a suspeita e entre a população e o medo, ou seja, a população em geral os mais pobres, tem mesmo que subjetivamente uma suspeita e medo para com a instituição, o autor fala que os policiais se tornaram instrumentos de opressão social,

diferente do que acontece no restante do mundo. Soares (2005) complementa dizendo que em um regime democrático o papel da polícia não é o de servir as elites e proteger as classes médias, e muito menos de oprimir os pobres e negros. Seu pape, em tese, ao menos o que acreditam as sociedades ocidentais é servir e proteger a sociedade como um todo sem distinção, levando todos ao cumprimento da lei.

Em reportagem de Marcelo Bastos, para o portal R7 em 04/03/2012, ele afirma que do efetivo total dos 6 batalhões da baixada fluminense é de 2.910 PMs o que dá uma proporção de 1 PM para cada 1254 moradores, que chega a uma proporção de 24% menos policias que os alocados nas 19 UPPs já instaladas na época. A reportagem realiza a comparação com a zona sul do Rio de Janeiro, onde se tem uma taxa 1 PM para cada 300 pessoas, na área do batalhão do Leblon, por exemplo. Esta área possui efetivo aproximadamente 5 vezes maior que o efetivo do batalhão de Mesquita, que é responsável pelo patrulhamento de 3 cidades da baixada.

A desproporção de efetivo se comparado e analisado entre cada batalhão da baixada e os da zona sul e ou de bairros privilegiados do Rio de Janeiro, como a Barra da Tijuca, nos levar a notar uma certa prioridade em se proteger aqueles que tem melhores condições em detrimento da população mais pobre e que mora em áreas mais perigosas.

Despreparo da Polícia

No Rio de Janeiro pode se dizer que há um senso comum de que as forças de segurança estão despreparadas para lhe dar com diversas situações do dia a dia. Em reportagem de Gabriel Barreira ao portal G1 em 23/03/2016 o repórter expõe um relatório interno feito pelo setor de psicologia da PM carioca, em que aponta que o despreparo da policia é resultando de alguns fatores, dentre eles o treinamento que é insuficiente.

"Evidencia-se certa internalização de uma cultura punitiva como ideal pedagógico. Esta forma de atuação acaba por institucionalizar, não oficialmente, certas práticas que redundam no abuso da força. A descrença

dos policiais com relação ao sistema de justiça criminal e a percepção de inoperância de outras instituições sociais é central neste ponto", diz o documento. (BARREIRA. G1, 23/03/2016)

Com isso a matéria expõe a questão do despreparo psicológico dos agentes, e de uma cultura abusiva enraizada na entidade, levando assim seus agentes a crerem que é dever da polícia punir aqueles que praticam delitos, quando na verdade seu papel é manter a ordem e a segurança fazendo com que a lei se cumpra e deixando a questão de análise, julgamento e sentenciamento para os órgãos de justiça.

E como resultado deste despreparo, mais uma vez a sociedade é prejudicada, pois basta olhar para os noticiários que se nota esse despreparo traduzido em vítimas, abaixo seguem alguns relatos resumidos de casos evidentes do despreparo da polícia que resultaram em vítimas.

O primeiro foi divulgado no portal de notícias UOL em 12/01/2015, o relato é da Morte da Jovem Haissa Vargas Motta, 22 anos, na madrugada de 2 de agosto de 2014 em Nilópolis, Baixada Fluminense. Segue abaixo trecho da matéria.

No vídeo, ao perceber a aproximação do veículo em que a jovem estava, um Hyundai HB20, um dos policiais comenta: "é um carro daquele branco que tá roubando". O fato de alguns dos jovens no carro estarem de boné é considerado suspeito. "Aí, quatro moleques agora aqui, 'estranhão'...(.) Quatro moleques, boné e tudo", diz o policial. Em seguida, tem início a perseguição. Pouco depois o policial que estava no banco do carona coloca metade do corpo para fora de uma janela e abre fogo contra o carro.(UOL Noticias 12/01/2015)

De acordo com a reportagem, o policial militar disparou 9 tiros de fuzil contra o carro em que Haíssa estava com 4 amigos, a jovem foi levada para a UPA(Unidade de Pronto Atendimento), mais não resistiu e veio a óbito.

O segundo relato é do Jornal Extra de 29/10/2015, onde o Policial militar em patrulha em um bairro do subúrbio do Rio de Janeiro, confundiu dois homens em uma moto, aonde o carona vinha segurando uma macaco hidráulico com uma arma e atirou nos homens.

Testemunhas afirmaram que o garupa da moto segurava um macaco hidráulico. O policial pensou que se tratava de uma arma e atirou. O mesmo disparo atingiu os dois. O condutor perdeu o controle da direção e a moto bateu em um muro. O caso ocorreu na altura da Rua Ari Vilar 32.

Em nota, a Polícia Militar informou que o sargento confessou o ato e destacou que as famílias das duas vítimas receberam “solidariedade e apoio” por parte do comando do 41º BPM. O caso está sendo investigado pela Divisão de Homicídios, que realizou a perícia no local onde os dois rapazes foram mortos.(JORNAL EXTRA , 29/10/2016)

É fato que os policiais do Rio de Janeiro não estão preparados para agir sobre certos tipos de tensão que atividade policial do dia a dia exige, e com isso aqueles que deveriam proteger, muitas vezes, acabam sendo uma grande ameaça para a população.

Ausência de Treinamento

Assim como o já observamos, o despreparo da policia é resultado, em grande parte, da ausência de treinamento adequado a que os agentes estão expostos. Em matéria publicada no portal UOL Notícias de 27/07/2010, o professor de Ciências Sociais da UERJ Ignácio Cano fala que “O treinamento é deficiente. Normalmente, no Brasil, são apenas seis meses, quando o ideal seriam anos. Defendo até que seja exigido o terceiro grau para entrar na tropa, já que os requisitos são muito, muito baixos para se entrar nas corporações”. Mais adiante na mesma entrevista o professor critica a falta de estrutura que a corporação oferece a seus agentes, não lhes permitindo por em pratica o que foi aprendido no treinamento. Diz ainda que “há uma cultura da repressão violenta e de controle social da camada menos favorecida de forma violenta. Isso tem que mudar. E faltam equipamentos não letais no cotidiano das ruas, que são fundamentais para diminuir essas mortes”

A matéria ainda ressalta a questão da formação e atualização dos policiais que é muito pouca e deficitária, o que não permite que o agente tenha maior instrução, tanto teórica quanto pratica. Este é um problema que há de persistir enquanto os governantes não investirem realmente em políticas de segurança preventiva ou

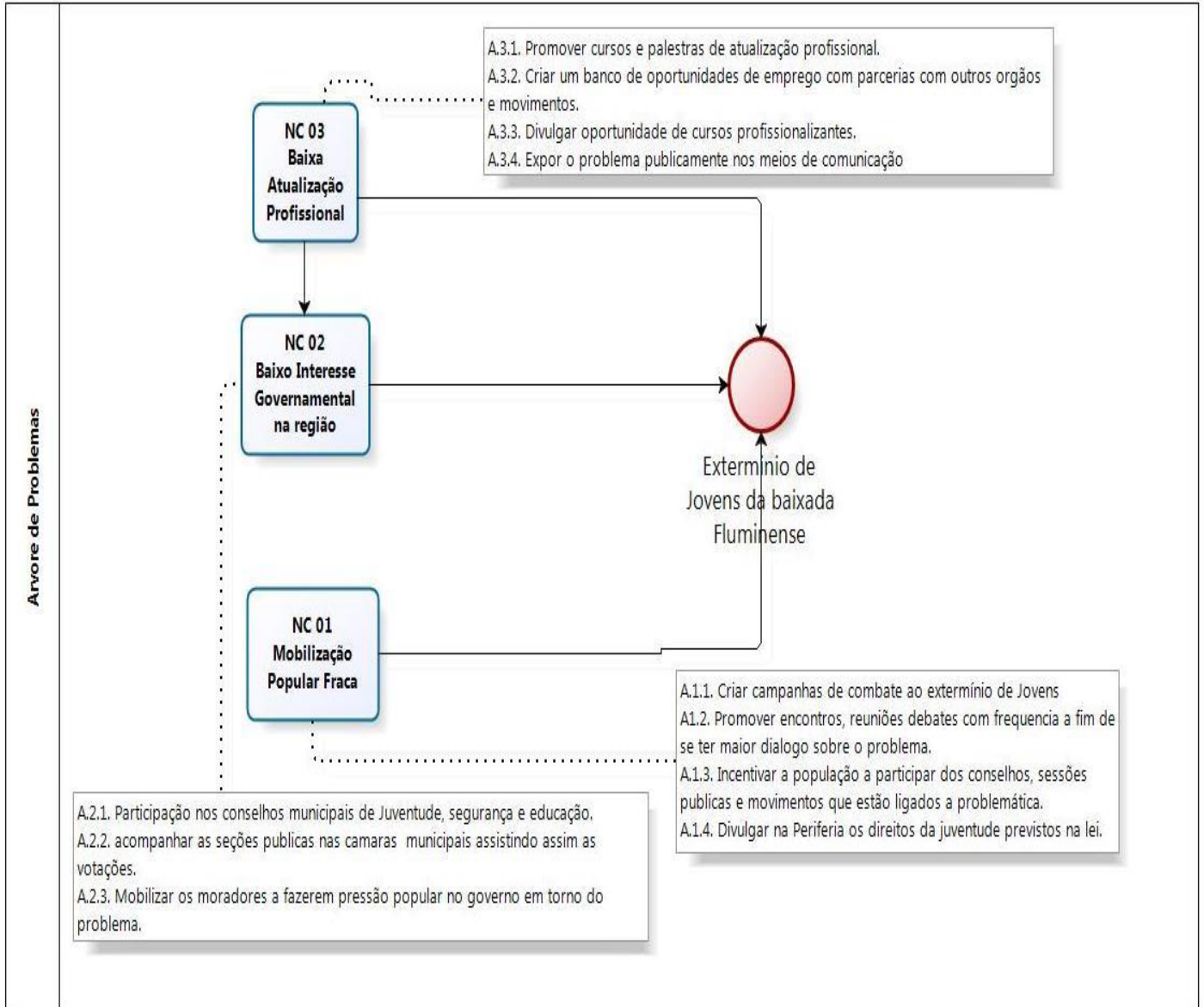
explicativa para que assim façam par com as políticas ostensivas que já existem e precisam ser repensadas, para melhor atender a população sem distinções.

Baixo investimento em segurança pública

O Investimento, em segurança pública no Brasil, é tido como essencial ficando atrás apenas da dos gastos com educação e saúde, porém ainda assim em alguns estados não são suficientes e nem são bem administrados nem empregados. O estado do Rio tem a pasta da segurança pública como das que mais recebe investimentos, segundo reportagem do portal Tribuna Hoje de 21/03/2016, a pasta que contava com um orçamento de 7 bilhões, devido a crise financeira em que o estado se encontra teve que ser reajustada tendo um corte de quase 30% o equivalente a 2 bilhões. A matéria ainda fala que o secretário estima trazer de volta ao efetivo, agentes cedidos a outros órgãos, devido aos eventos de grande porte que aconteceram no Estado esse ano.

Assim nota-se que o investimento feito pelo governo do estado é consideravelmente grande, se equiparando aos investimentos na saúde e educação segundo a matéria, porém a questão da segurança parece estar cada vez pior no estado, há de se pensar em políticas pública de segurança, não somente ostensivas, mais preventivas, inclusivas e efetivamente corretivas para que desse modo se consiga melhorar as condições de segurança desde a base da sociedade.

3 - Arvore de Problemas



3.1. Painel 1 - Arvore de problemas

Nó Crítico	Ações	Resultado das Ações
<p>NC1-Mobilização popular fraca</p>	<p>A 1.1- Criar campanhas de combate ao extermínio de Jovens</p> <p>A 1.2- Promover encontros, reuniões, debates frequentemente para dialogarem sobre o problema.</p> <p>A 1.3- Incentivar a população a participar dos conselhos, sessões publicas e movimentos que estão ligados a problemática.</p> <p>A 1.4- Divulgar na Periferia os direitos da juventude previstos na lei..</p>	<p>1.1- Visibilidade ao problema e adesão de pessoas ,entidades e movimentos na luta contra o combate ao extermínio de jovens na baixada fluminense.</p> <p>1.2- População participativa e ativa na criação de estratégia e ações para diminuir o índice de extermínio de jovens na localidade apresentada.</p> <p>1.3- Representatividade popular nos espaços que envolvem as demandas da juventude.</p> <p>1.4- Juventude empoderada de seus direitos e mobilizada para exigir o cumprimento dos mesmos.</p>
<p>NC2- Baixo interesse do governo na região</p>	<p>A 2.1- Participar dos conselhos de juventude, segurança, Educação, assistência social, e igualdade racial da localidade.</p> <p>A 2.2- acompanhar as seções publicas nas câmaras municipais assistindo assim as votações.</p> <p>A 2.3- mobilizar os moradores a fazerem uma pressão popular no governo em torno do problema</p> <p>A2.4- Expor o problema publicamente nos meios de comunicação.</p>	<p>2.1- Estreitamente da relação governo e sociedade civil.</p> <p>2.2- projetos e leis aprovadas com influencia popular.</p> <p>2.3- Atenção do governo para os problemas locais.</p> <p>2.4- Destaque ampliado a temática do extermínio de Jovens na localidade e intervenção do governo na região da periferia.</p>
<p>N C 3- Baixa atualização profissional</p>	<p>A 3.1 – Promover cursos e palestras de atualização profissional.</p> <p>A3.2- criar um banco de oportunidades de emprego com parcerias com outros órgãos e movimentos.</p> <p>A3.3- divulgar oportunidade de cursos profissionalizante.</p>	<p>3.1- Juventude atualizada para se inserir no mercado de trabalho.</p> <p>3.2- Aumento no numero de oportunidade de emprego da localidade.</p> <p>3.3- Juventude capacitada para o ingresso no Mercado de trabalho.</p>

4. Plano de Ação

Painel 2.1- NC1: Mobilização popular fraca

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos (inicial- Final)	Responsável
<p>A 1.1- Criar campanhas de combate ao extermínio de jovens na Baixada Fluminense- RJ</p>	<p>1.1.1-Mobilizar para uma reunião diversos representantes de movimentos, grupos, instituições como conselhos de Juventude, segurança, igualdade racial e assistência social, organizações não governamentais(casa do menos, casa da cultura...) , Superintendência de políticas para juventude municipais, Associações de moradores, escolas, grêmios estudantis, Juventude partidárias (PT,UJS), CDH e secretaria de educação.</p> <p>1.1.2- Criar junto a comissão de campanha textos e subsídios de estudos que norteie a campanha e a discussão da mesma nos grupo mobilizados.</p> <p>1.1.3- Confeccionar material de divulgação e os distribuir na região ativando assim a campanha.</p>	<p>Espaço físico para as reuniões, material gráfico de divulgação da campanha (cartazes , panfletos, blusas, bandanas...)material sonoro, e de imagem e audiovisual.</p>	<p>Início do trabalho no segundo semestre do ano. Começando em 03/08 com previsão de término ate 03/10</p>	<p>Pastoral da juventude, CDH, secretarias municipais de juventudes.</p>
<p>A 1.2- Divulgar na Periferia os direitos da juventude previstos na lei.</p>	<p>1.2.1- Promover junto as lideranças locais e movimentos o estudo dos direitos da juventude.</p> <p>1.2.2- junto as lideranças captar parcerias, com as secretarias de comunicação e com empresas gráficas para produzirem informativos.</p> <p>1.2.3- Socializar o material confeccionado junto as instituições movimentos e grupos e redes sociais dando assim inicio a divulgação.</p>	<p>Espaço físico adequado,matéria gráfico e matérias de informáticas.</p>	<p>Ação contínua durante todo o projeto.</p>	<p>CDH, PJ, conselho de juventude , governos municipais</p>

Painel 2.2 - NC2: Baixo interesse do Governo na região

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos	Responsável
<p>A 2.1-Mobilizar os moradores a fazerem uma pressão popular no governo em torno do problema.</p>	<p>2.1.1 - Reunir as lideranças locais para dialogarem sobre o problema e em seguida criar estratégia de pressão popular.</p> <p>2.1.2 - convocar a população para reuniões ou encontros para colocarem as estratégias de pressão popular em pratica.</p>	<p>Espaço físico, cadeiras, aparelho de som.</p>	<p>Início 05/11 previsão de conclusão dia 04/ 12.</p>	<p>Partidos políticos de esquerda, PJ, associações de moradores, movimentos estudantis, ONGs (casa do menor e centro de formação artística da baixada Fluminense Casa da Cultura), comunidade (moradores locais), os jovens.</p>
<p>A 2.2-Expor o problema publicamente nos meios de comunicação.</p>	<p>2.2.1 - criar parcerias junto a rádios comunitárias e jornais locais.</p> <p>2.2.2 - criar paginas links nas redes sociais sobre o problema.</p> <p>2.2.3 - criar manifestações junta a população de maneira que interesse a mídia televisiva Estadual.</p>	<p>Computador, internet,</p>	<p>60 dias de 05 de Dezembro de 2016 a 05 de fevereiro de 2017.</p>	<p>, PJ, conselho de juventude, associação de morares ONGs e Partidos políticos, moradores, juventude local</p>

Painel 2.3 – NC3: Baixa atualização profissional.

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos	Responsável
<p>A 3.1 - Promover cursos e palestras de atualização profissional..</p>	<p>3.1.1 - Fazer um levantamento do atual mercado de trabalho para o publico jovem.</p> <p>3.1.2 - Montar uma equipe voluntaria com profissionais capacitados para ministrar as palestras.</p> <p>3.1.3- Divulgar o curso nas localidades.</p>	<p>Material didático básico.</p> <p>Computadores , quadro, data show, material de divulgação gráfico , espaço físico adequado.</p>	<p>.de 3 a 5 meses</p>	<p>PJ, prefeituras municipais (secretaria de emprego e renda e outras)ONG casa da cultura</p>
<p>A 3.2 criar um banco de oportunidades de emprego com parcerias com outros órgãos e movimentos.</p>	<p>3.2.1- convocar os possíveis parceiros e fidelizar as parcerias.</p> <p>3.2.2- Fazer um levantamento das oportunidades de empregos adequadas a realidade educacional das localidades.</p>	<p>Material de informática, material de divulgação</p>	<p>De 3 a 4 meses</p>	<p>, secretaria de emprego, associações comercias e empresas locais, PJ.</p>

5. Análise de Atores

Painel 3.1 - Ação 1.1- Criar campanhas de combate ao extermínio de jovens na Baixada Fluminense- RJ

Ator	Recursos que controla	Limitações/vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
A1 PASTORAL DA JUVENTUDE	Recursos Humanos, possui estrutura de organização em grupos jovens espalhado por todas as paróquias dos municípios.	Poucos recursos financeiros, e não possui ação governamental	Mobilizando e fomentando a juventude dos seus grupos de jovens na adesão e propagação da campanha.	Não há.	Capacitando e informando todos os membros a respeito do problema apresentado.
A 2 Centro de Direitos Humanos	Informações e dados estatístico sobre o problema. Recursos estruturais do CDH	Pouco poder de mobilização sobre a juventude	Fornecendo materiais, conteúdo sobre o assunto, e estrutura e assessoria jurídica da instituição.	Não Há	Formando parceria, e acompanhando o trabalho da instituição
A 3 SECRETARIAS MUNICIPAIS DE JUVENTUDE	Aplicação das políticas públicas de juventude no município e com recursos financeiros.	Pouca poder de mobilização popular em específico da juventude.	Com recursos financeiros, e técnicos e com o cumprimento das políticas públicas existentes	Com envolvimento político partidário inadequado(Eleitoral)	Participando dos conselhos de juventude, e fiscalizando as ações do governo.

Painel 3.2

Ação 1.2 - Divulgar na Periferia os direitos da juventude previstos na lei.

Ator	Recursos que controla	Limitações/vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
A1 PASTORAL DA JUVENTUDE	Recursos Humanos, possui estrutura de organização em grupos jovens espalhado por todas as paróquias dos municípios. Pessoal para divulgação na rua.	Poucos recursos financeiros, e não possui ação governamental	Mobilizando e fomentando a juventude dos seus grupos de jovens na adesão e propagação da campanha. Divulgação em eventos Pastorais e missas.	Com a não participação dos grupos	Criando de divulgação nos municípios.
A 2 Centro de Direitos Humanos	Subsidio sobre os direitos humanos e da juventude.	Recursos Humanos(falta de pessoal para divulgação), Quantitativo de material	Fornecendo conteúdo para subsídios e assessoria jurídica.	Não Há	Formando parceria, e acompanhando o trabalho da instituição
A 3 – GOVERNOS MUNICIPAIS	Financeiros, Audiovisuais e de comunicação.	Pouca atuação e acesso as áreas de periferia.	Com recursos financeiros, técnicos e estrutura audiovisual	Com envolvimento político partidário inadequado(Eleitoral), Com imagem governamental.	Dialogando com as prefeituras.

Painel 3.3 - Ação 2.1-Mobilizar os moradores a fazerem uma pressão popular no governo em torno do problema

Ator	Recursos que controla	Limitações/ vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
A1 PASTORAL DA JUVENTUDE	Recursos Humanos, possui estrutura de organização em grupos jovens espalhado por todas as paróquias dos municípios. Espaços físicos das igrejas católicas locais.	Poucos recursos financeiros, e não possui ação governamental	Motivar os grupos a mobilizar a população local para as reuniões. E solicitar a utilização dos espaços das igrejas .	Não mantendo um dialogo constante com a comunidade.	Acompanhando e orientando os grupos locais no trabalho de mobilização da comunidade.
A 2 Partidos políticos de Esquerda	Financeiros, Políticos, Estruturais .	Vinculação da mobilização a questão política eleitoral.	Financeiramente, Estrutura física e Humana.	Tirando proveito eleitoral da situação	Controlando e acompanhando as ações por parte dos partidos.
A 3 – Moradores (população local)	Recursos humanos(pessoal)	Financeiras, técnicas, organizacionais	Mobilizando as lideranças locais e toda a comunidade, e fazendo pressão	Não reconhecendo o problema presente na comunidade, e não participando	Frequentando e participando do dia a dia da comunidade, e auxiliando nas demandas locais possíveis.

Painel 3.4 - Ação 2.2-Expôr o problema publicamente nos meios de comunicação.

Ator	Recursos que controla	Limitações/ vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
A1 PASTORAL DA JUVENTUDE	Acessos as redes sociais e rádios Católicas.	Financeiras	Divulgando ao máximos nas redes de comunicação via internet e rádios.	Não compartilhando as informações corretamente.	Acompanhando fiscalizando as publicações por dos membros da pastoral, garantido fidelidade do conteúdo da campanha.
A 2 Conselho de Juventude	Acesso as ações governamentais referentes a juventude	Financeira, política.	Levando o assunto para como pauta das reuniões do conselho.	Não aprovando as pautas referente ao problema.	Participando e exercendo a voz no conselho.
A 3 – ONGs	Acessos a meios de comunicação(Jornais e redes sociais, Rádios Comunitárias)	Financeiras.	Facilitando o acesso aos meios de comunicação que já utiliza e controla.	Não Há.	Firmando parcerias para além da campanha contribuindo para a divulgação da mesma

Painel 3.5 Ação 3.1: Promover cursos e palestras de atualização profissional

Ator	Recursos que controla	Limitações/vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
A1 PASTORAL DA JUVENTUDE	Recursos Humanos (pessoas para fazer divulgação) e Captação de parceiros para o projeto.	Financeira, Técnicas e Estruturais.	Divulgando e coordenando nas comunidades. Procurando parceiros locais.	Firmando parcerias inadequadas	A coordenação da pastoral acompanhando o trabalho dos membros envolvidos no projeto.
A 2 Prefeituras	Secretaria de Emprego, Acesso aos bancos de emprego estaduais, sines, projetos de capacitação profissional do Governo Federal.	Não Há	Facilitando dos jovens a cursos e programas de capacitação do governo federal(PRONATEC), Facilitando acesso aos banco de emprego.	Com a burocracia institucional do governo.	A pastoral pode acompanhar os trabalhos da prefeitura.
A 3 – ONG Casa da Cultura	Estrutura física(sala de Informática), Sala de Cinema, biblioteca.	Acesso aos bancos de emprego do governo.	Fornecendo estrutura física, e pessoal capacitado para ministrar as aula.	Não há	Fornecendo apoio humano, nas atividades.

Painel 3.6

Ação 3.2- Criar um banco de dados de oportunidades de emprego.

Ator	Recursos que controla	Limitações/vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
A1 PASTORAL DA JUVENTUDE	Recursos Humanos	Financeira, Técnicas e Estruturais.	Buscando parcerias com indústrias da região e empresas.	Não há	A Coordenação tem de orientar e acompanhar as visitas aos parceiros em potencial.
A 2 Associações comerciais	Postos de trabalhos disponíveis em seus associados,	Atuação limitada aos comércios associados	Fornecendo informações sobre oportunidade de trabalho em seus associados.	Não fornecendo as informações.	Estando sempre em contato, para ter informações mais atualizadas .
A 3 – Secretaria de Emprego	Dados sobre Vagas de emprego e estrutura e apoio técnico em informática.	Não há	Fornecendo pessoal especializado em TI	Não atualizando as informações periodicamente	Acompanhando o trabalho técnico na criação do banco de dados, para que a tenda nossas demandas.

6. Análise de Riscos e Fragilidades

Painel 4 -

Perguntas Orientadoras:	Análise da Equipe
1 – As ações propostas para equacionar os Nós Críticos podem gerar efeitos indesejáveis?	Analisando as 11 ações propostas que resultariam na resolução dos três nós críticos, não encontramos possíveis efeitos ambientais ou sociais negativos que possam ser gerados. As ações visam em geral a valorização do jovem, perante ele mesmo e a sociedade como um todo. O efeito social que se espera, seria de uma valorização da juventude, e a diminuição ou fim do extermínio de jovens que acontece na baixada fluminense, levando o poder público, a olhar melhor para a juventude, e melhorando os serviços essenciais que lhes são negados, como educação, saúde, cultura e outros.
2 – Existem aspectos técnicos, jurídicos ou políticos nas ações propostas que podem resultar em efeitos negativos? Quais?	Sim, Algumas ações para serem executadas necessitam de aspectos técnicos e de conhecimento da área de informática, como na criação de bancos de empregos, a falta desse apoio técnico pode fazer que a ação não alcance seu objetivo, porem por isso a importância das parcerias, para que os parceiros que possuem melhor estrutura nos auxiliem nestes aspectos. Outro fator seria o político, pois as ações visam parcerias com as prefeituras e suas secretárias, a participação por parte do governo, meramente como estratégia eleitoral, pode prejudicar o cumprimento das ações e também tirar a credibilidade das ações.
3 - Qual o principal ponto fraco do projeto? E o que pode ser feito para prevenir e corrigir?	O fato de não ser um projeto que foi pensado e articulado por uma ação governamental. Outro ponto seria a baixa visibilidade que o assunto trás, uma vez que a juventude pobre e negra, no Brasil é vista por parte de alguns governantes e por grande parte da mídia manipuladora que temos, como sendo o problema

	<p>do país, sendo os causadores da violência, e não a principal vítima. Uma vontade política de mudar essa realidade do extermínio da juventude, pode não dar a visibilidade, ou marketing que alguns políticos desejam. Para prevenir e corrigir essa falta de atenção que a juventude recebe, cabe a nós fazer a propagação do problema, e das ações propostas, a Pastoral da juventude fomentar ao Máximo em seus grupos de jovens, e a todos se fazerem do uso das redes sociais e da internet como um todo, para que assim as outras mídias vejam a importância da causa.</p>
<p>4 – O que pode ser feito para garantir a implementação das ações?</p>	<p>Em suma grande parte das ações criadas, depende da pressão popular que se deve exercer em cima dos atores envolvidos, em especial do poder público, que é o detentor do maior número de recursos para as ações. Já nos demais parceiros, cabe ao ator escolhido, mostrar a importância do assunto, e esclarecer sobre a realidade em que estamos vivendo, e que os cidadãos estão se acostumando com o problema da violência e tratando cada vez mais a vida como um bem de valor.</p>
<p>5 - Os recursos Disponíveis são suficientes para realizar o projeto?</p>	<p>Se falarmos de recursos humanos, ou seja de pessoas dispostas e voluntárias ao trabalho, dizemos que sim, pois a estrutura em que a pastoral da juventude se organiza permite que ela tenha grupos de base em todos os municípios, o que faz com que a propagação seja maior.</p> <p>Já se tratando dos recursos financeiros pode se dizer que para realizar algumas ações será necessário o investimento por parte dos parceiros. Porém em geral as ações foram elaboradas para que se tenha um menor custo o possível, com um melhor benefício. E utilizando os recursos a que já temos acesso.</p>

7. Considerações Finais

O Extermínio de jovens na baixada fluminense é sim fato, uma triste realidade que se vive na região, tomando por base dados da Secretaria de segurança pública do ano passado, e que foram apresentados ao longo deste estudo, calcula-se que em média 1 jovem foi assassinado a cada 12 horas em algum dos municípios da baixada. Esta é uma situação alarmante, porém que não parece ser de importância no cotidiano, da mídia, dos governantes, e de parte da população, que acostumou a viver em condições de violência constante.

Este estudo foi inspirado com base em nossa experiência e militância dentro da Pastoral da Juventude da diocese de Nova Iguaçu, que trabalha e conhece bem a juventude da baixada. A pastoral da Juventude em âmbito nacional, realizou a de 2009 a 2015 Campanha Nacional Contra a Violência e o Extermínio de Jovens, e como vemos no portal da própria Pastoral(PJ.org.br) a campanha ganhou destaque devido algumas de suas conquistas, como Programas governamentais para a juventude, a CPI do Extermínio do Jovens negros e pobres, o engajamento dos jovens nos conselhos de juventude nas três esferas de governo, a Intensificação da luta pela aprovação do estatuto da juventude, contra a redução da maioria penal e outros. E mesmo após a campanha, vemos a necessidade de continuar a falar do assunto principalmente em nossa região.

Como observamos a baixada foi uma região criada e desenvolvida a margem da cidade do Rio de Janeiro, sendo habitadas por aqueles migrantes que chegavam a cidade e não tinham onde se instalarem, por aqueles que foram expulsos de comunidades e bairros para a expansão comercial do Rio, e dezenas de outras situações de exclusão social, que levaram milhares de pessoas a residir na baixada. Sem contar que por muito tempo as cidades foram tidas como dormitórios dos moradores que trabalhavam na capital, e por isso ficou a par das pautas públicas e rubricas orçamentárias do estado, o que gerou um sério abandono, que se refletiu socioeconomicamente na região.

E com os diversos problemas sociais, educacionais, e estruturais da região, assim também surgiu a violência em diversos aspectos e formas, desde os coronéis, redutos políticos, grupos de extermínio, traficantes de drogas e milicianos oriundos

da própria região, aos que vieram dos bairros e favelas da capital, em geral expulsos pelo Estado e sua política de segurança seletiva.

A ausência de atuação efetiva do Estado na região em diversos setores como saúde, educação, transportes, emprego, cultura, saneamento básico e outros, tornou mais difícil a vida do povo e a estabilidade das famílias, e para com os jovens que não tem uma formação educacional de qualidade, não tem muito espaço e nem oportunidade, e não tem acesso aos espaços de interação cultural e lazer, o vasto leque de opções da criminalidade se torna mais atraente e próximo. O que faz com que cada vez mais a vida da juventude se perca. Por isso abordamos a importância de nós enquanto atores sociais, tentarmos melhorar questões dentro de nosso alcance, como o apoio e atualização da juventude , e incentiva mobilização popular, para só assim despertarmos o interesse governamental pela região.

Com isso finaliza-se esse estudo, ressaltando a importância e necessidade de se fazê-lo, e por se em pratica as medidas aqui apresentadas, para que assim possamos amenizar essa situação, que assola nosso país e nossa região da baixa, pois e deve de uma sociedade mais justa e fraterna é de todos, e encerramos com a frase de Padre. Gisley Assessor de Juventude da CNBB assassinado em 2009, **“Chega de Violência e Extermínio de Jovens!!!”**(PJ.ORG.BR 13/12/2012)(grifo nosso).

8. Referências

ANISTIA INTERNACIONAL. **Queremos ver os Jovens vivos**: Disponível em <[https://anistia.org.br/entre-em-acao/peticao/chegadehomicidios.](https://anistia.org.br/entre-em-acao/peticao/chegadehomicidios)> acessado em 22 de Março de 2016.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Relatório final da CPI das Milícias**. Disponível em: http://www.nepp-dh.ufrj.br/relatorio_milicia.pdf acessado em 20 de maio de 2016.

AVRITZER, Leonardo (org.). **Sociedade Civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. 2. ed, Campinas : Autores Associados, 2001.

BARRETO, Alessandra Siqueira. **Um Olhar Sobre a Baixada: usos e representações sobre o poder local e seus atores**. Revista de Antropologia Social da UFPR Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/campos/article/viewFile/1620/1362>>. Acessado em 20 de Maio de 2016.

BASTOS, Marcelo. **Com 1 PM para cada 1.254 habitantes, Baixada Fluminense não reduz criminalidade**. Disponível em: Notícias R7< <http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/com-1-pm-para-cada-1-254-habitantes-baixada-fluminense-nao-reduz-criminalidade-20500228.html> > Acessado em 21 de maio de 2016.

BOBBIO, Norberto. BOVERO, Michelangelo. **Sociedade e Estado na filosofia política moderna**. 4. ed. Brasília: Brasiliense, 1996.

BORTONI, Larissa; OLIVEIRA, Nelson. **Papel e atuação da Polícia militar são questionados pela sociedade e estudiosos**. Agência Senado. Brasília, 02/03/2015. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/11/25/papel-e-atuacao-da-policia-militar-sao-questionados-pela-sociedade-e-estudiosos>>. Acessado em 21 de Maio de 2016.

BLUNDO, G. **Décrire le caché Autour du cas de la corruption**. In: **Pratiques de la description**. Paris: Éditions de L'EHESS, 2003.

FONSECA, F.; ANTUNES, F.; SANCHES, O. **Os controles internos**. In: **SPECK, B. W. (Orgs.). Caminhos da transparência**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2002.

FORUM GRITA BAIXADA. **História do Fórum Grita baixada**. Disponível em: <http://forumgritabaixada.org.br/o-forum/historia/> acessado em 20 de Maio de 2016-05-20

GANDRA, Alana. **Rio vai receber mais de R\$ 230 bilhões em investimentos até 2016.** Agencia Brasil em 10 de Abril de 2014. disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2014-04/rio-vai-receber-mais-de-r-230-bilhoes-em-investimentos-ate-2016>. acessado em 19 de maio de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA: **Quase metade da população com 25 anos ou mais não tem o fundamental completo.** Disponível em: UOL Educação <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2012/12/19/ibge-quase-metade-da-populacao-com-25-anos-ou-mais-nao-tem-o-fundamental-completo.htm> >. acessado em 22 de maio de 2016.

_____ **Indicadores Sociais Municipais 2010: incidência de pobreza é maior nos municípios de porte médio.** Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?view=noticia&id=3&idnoticia=2019&busca=1&t=indicadores-sociais-municipais-2010-incidencia-pobreza-maior-municipios-porte-medio.v> >acessado em 22 de maio de 2016.

_____ **PNAD Contínua: taxa de desocupação sobe em todas as grandes regiões no 1º trimestre** disponível em: <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias.html?view=noticia&id=1&idnoticia=3162&busca=1&t=pnad-continua-taxa-desocupacao-sobe-todas-grandes-regioes-1%C2%BA-trimestre> acessado em 19 de maio de 2016.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA RJ. **Letalidade:** Disponível em <<http://www.isp.rj.gov.br/Noticias.asp?ident=352> Acessado em 22 de março de 2016.

_____ **Resumo da Letalidade Violenta.** Disponível em: <<https://public.tableau.com/profile/instituto.de.seguran.a.p.blica.isp#!/vizhome/LetalidaDeViolenta/Resumo> > acessado em 22 de março de 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA. **Projeto: Educação Profissional no Brasil e Evasão Escolar.** Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/observatorio-da-educacao/visualizar/-/asset_publisher/La44/content/projeto%3A-educacao-profissional-no-brasil-e-evasao-escolar?redirect=http%3A%2F%2Fportal.inep.gov.br%2Fweb%2Fobservatorio-da-educacao%2Fnucleo-unico>. acessado em 19 de maio de 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA E APLICADA (IPEA). **Taxa de homicídios de negro e não negros no Brasil.** disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/131119_tx_homicidio_uf.pdf. acessado em 19 de maio de 2016.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Ranking do Saneamento básico 2014** disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/estudos/ranking/2016/tabela-das-100-cidades.pdf> > **acessado em** 18 de maio de 2016.

JORNAL DO BRASIL. **Chacina da Chatuba segue na Justiça 6 meses após crime.** Disponível em: <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2013/03/12/chacina-da-chatuba-segue-na-justica-6-meses-apos-crime/>. Acessado em 24 de maio de 2016.

JORNAL EXTRA. **PM confunde macaco hidráulico com arma, atira e mata dois na Pavuna.** disponível em: <http://extra.globo.com/casos-de-policia/pm-confunde-macaco-hidraulico-com-arma-atira-mata-dois-na-pavuna-17921366.html#ixzz49PxLrO5R> **Acessado em** 22 de Maio de 2016.

_____. **Cinco cidades da Baixada têm mais de 50% da população sem instrução, apontam números do IBGE.** Edição de 11/07/2012. Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/rio/baixada-fluminense/cinco-cidades-da-baixada-tem-mais-de-50-da-populacao-sem-instrucao-apontam-numeros-do-ibge-5443703.html#ixzz49QPilOqG> >. **Acessado em** 22 de maio de 2016.

JORNAL O DIA. **Cariocas apontam corrupção como o maior problema da Polícia Militar.** Edição de 26/05/2014 Rio de Janeiro,. Disponível em:<<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-05-26/cariocas-apontam-corrupcao-como-o-maior-problema-da-policia-militar.html>. >**Acessado em** 21 de Maio de 2016.

JORNAL O GLOBO. Em 2005, **Baixada registrou a maior chacina da História do estado.** Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/em-2005-baixada-registrou-maior-chacina-da-historia-do-estado-6044287#ixzz49eQR3sWO>. Acessado em 24 de maio de 2016.

LEMLE, Marina. **Sexo e poder são os principais atrativos para recrutamento de jovens para o tráfico.** Observatório Jovem da UFF. Rio de Janeiro, 30/12/2009. Disponível em: <http://www.uff.br/observatoriojovem/materia/sexo-e-poder-s%C3%A3o-os-principais-atrativos-para-recrutamento-de-jovens-para-o-tr%C3%A1fico>. **Acessado em:** 21 de maio de 2016

NASCIMENTO, Andrea Ana do. **A corrupção policial e seus aspectos morais no rio de janeiro.** Revista Brasileira de Segurança Pública ano 2011. Disponível em: evista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/download/97/94. Acessado em:21 de Maio de 2016.

NASCIMENTO, Erick. **Nossa luta contra a violência e o extermínio da juventude continua!.** Pastoral da Juventude. Disponível em: <http://www.pj.org.br/blog/nossa-luta-contr-a-violencia-e-o-extermínio-da-juventude-continua/>. **Acessado em** 24 de maio de 2016.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um estado para a sociedade civil - Temas éticos e políticos da gestão democrática**. São Paulo, Editora Cortez, 2004. Capítulo 2.

OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA. **Relatório de Impunidade na Baixada**: Disponível em < <http://www.observatoriodeseguranca.org/files/relatoriobaixada.pdf>. > acessado em 18 de maio 2016.

PASTORAL DA JUVENTUDE. **Historia da Pastoral da Juventude**. Disponível em: <http://www.pj.org.br/quem-somos/historia-da-pastoral-da-juventude/> acessado em 24 de maio de 2016.

_____. **Em marcha contra o extermínio dos jovens**. Disponível em : < <http://www.pj.org.br/blog/em-marcha-contr-o-extermio-dos-jovens/> >Acessado em 24 de Maio de 2016.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

POMAR, Wladimir. Brasil, **Crise internacional e projetos de sociedade**. Publicação do Fórum Perseu Abramo – Ideias para o Brasil 2013, pags 11 a 20.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo. Editora Companhia da Letras.1995

Santos, T.V.A (2012). **Racismo Institucional e violação de direitos humanos no sistema de segurança pública: um Estudo a partir do Estatuto da Igualdade Racial**. São Paulo

SAVIAN, Dermeval. **Política educacional brasileira: limites e perspectivas**. Revista de Educação PUC-Campinas, Campinas, n. 24, p. 7-16, junho 2008.

SEBRAE.**Ocupação e empreendedorismo nas regiões do estado do Rio de Janeiro: uma análise a partir do censo de 2010**. Disponível : http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Menu%20Institucional/Sebrae_EMP_mai12_ocup_emp.pdf. acessado em: 19 de maio de 2016.

SEBRAE. **Ranking do IDH 2000 e 2010, PIB per capita, Percentagem de pobres, Coeficiente GINI e Renda domiciliar per capita: Estado do rio de janeiro, baixada Fluminense e Municípios,2010**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Anexos/Sebrae_INFR EG_2014_BaixadaFlum.pdf > Acessado em 18 de maio de2016.

SPOSITO, Marília P. (Org.). **Espaços públicos e tempos juvenis. Um estudo sobre ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras.** São Paulo, Editora Global, 2007.

TOSTA, Wilson; GOMES, Marcelo. **UPPs fazem tráfico de drogas migrar para Baixada Fluminense.** Agencia Estado.em 03 de Junho de 2013. **Disponível em:** <<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/upps-fazem-trafico-de-drogas-migrar-para-baixada-fluminense> > **acessado em** : 21 de maio de 2016.

TRIBUNA HOJE. **Rio de Janeiro corta R\$ 2 bilhões da Segurança Pública.** Disponível em: <http://www.tribunahoje.com/noticia/173574/brasil/2016/03/21/rio-de-janeiro-corta-r-2-bilhes-da-seguranca-publica.html> acessado em: 22 de maio de 2016

UOL NOTICIAS. **Falta de treinamento e cultura atrasada estão por trás de erros policiais, dizem especialistas.** Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2010/07/27/profissionais-miojo-e-cultura-atrasada-estao-por-tras-dos-erros-policiais-dizem-especialistas.htm> . **acessado em:** 22 de maio de 2016.

UOL NOTICIAS. **PM afasta policiais que mataram jovem por engano na Baixada Fluminense.** Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/01/12/pm-afasta-policiais-que-mataram-jovem-por-engano-na-baixada-fluminense.htm> acessado em 22 de maio de 2016.

VEJA.COM. **Polícia Militar do Rio é a campeã de corrupção no Brasil.** Divulgado em 08 de Abril de 2013. **Disponível em:** <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/policia-militar-do-rio-e-a-campea-de-corrupcao-no-brasil>. **Acessado em:** 21 de maio de 2016.

WAMBURG, Jorge. **Ipea: jovem negro corre 3,7 vezes mais risco de assassinato do que branco.** disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-10-17/ipea-jovem-negro-corre-37-vezes-mais-risco-de-assassinato-do-que-branco>. **Acessado em** 19 de maio de 2016.

ZOUAIN, Debora Moraes; ANDRADE, Breno de Paula; ROSS, Steven Dutt. **Imagem da policia militar do Rio de Janeiro pela ótica da classe social dos cidadãos pesquisados.** Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/rad/article/viewFile/2716/1768>.> acessado em 22 de maio de 2016.